

MESTRADO
ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

Saúde e segurança do trabalho: Uma análise dos determinantes da sua divulgação no âmbito da responsabilidade social das empresas

Catarina Barros Basto Fidalgo Alves

M

2020



Saúde e segurança do trabalho: Uma análise dos determinantes da sua divulgação no âmbito da responsabilidade social das empresas

Catarina Barros Basto Fidalgo Alves

Dissertação
Mestrado em Economia e Administração de Empresas

Orientado por
Professora Doutora Maria da Conceição Pereira Ramos

2020

Agradecimentos

Esta dissertação marca o culminar de uma etapa exigente, mas muito gratificante. Os seus desafios requereram, da minha parte, consistência, superação e motivação. É essencial agradecer às várias pessoas que desempenharam um papel crucial, apoiando e incentivando este meu processo de desenvolvimento.

Agradeço à minha orientadora, a Professora Doutora Maria da Conceição Ramos, que amavelmente aceitou acompanhar-me neste percurso, enriquecendo-o exponencialmente com a sua orientação inspiradora e com a forma positiva de disponibilizar o seu contributo.

Ao Professor Doutor Francisco Vitorino da Silva Martins agradeço pela disponibilidade em validar a parte quantitativa, por todo o valor que acrescentou e sobretudo pela motivação ao aceitar conversar comigo, permitindo-me expressar as minhas questões e ideias.

À minha família, e em especial à minha mãe, agradeço por todo o apoio e força, com que sempre me acompanhou ao longo do percurso.

Ao Bruno, agradeço por todo o carinho, presença e pelo constante incentivo para que alcance os meus sonhos.

Aos meus amigos, em especial à Ana Rita, Beatriz e Filipa, agradeço a amizade e energia que sempre me transmitiram.

Resumo

O presente estudo visa analisar a qualidade das divulgações de saúde e segurança do trabalho (SST) e as suas determinantes. Para tal, aplica-se a análise quantitativa de conteúdo às informações divulgadas por 101 empresas da União Europeia integrantes na base de dados oficiais da *Global Reporting Initiative* (GRI), para o ano de 2018. De modo a contextualizar a importância do tema, realiza-se um enquadramento em matéria de SST aludindo às suas perspetivas económica e social, pois garantir a saúde e segurança dos trabalhadores persiste como um dos desafios para a comunidade empresarial e para a qualidade de vida no trabalho. As medidas de SST implementadas e a qualidade da sua comunicação são uma vertente da responsabilidade social empresarial (RSE) e são observáveis por via dos relatórios de sustentabilidade. No entanto, a maioria da literatura ao nível da RSE centra-se no impacto ambiental, sendo escassa a que se centra nas questões sociais de SST. De forma a preencher esta lacuna e cumprir os objetivos do estudo, a análise de conteúdo permitiu a construção do índice de qualidade das divulgações de SST das empresas. Posteriormente à análise do nível de qualidade do índice, este é utilizado como variável dependente dos modelos estabelecidos, o ANOVA de um fator e o modelo de regressão linear múltipla. Os resultados permitem concluir que a qualidade das divulgações de SST é, em média, de 12 pontos em 30, sendo que esta qualidade é significativamente influenciada por três determinantes: a região da Europa, a certificação no sistema de gestão de SST e a detenção de garantia externa nos relatórios. Adicionalmente, verifica-se que existem diferenças relevantes na qualidade entre regiões, sendo significativa a maior qualidade no Norte da Europa, seguindo-se a do Sul da Europa, face à Europa Central e Oriental e à Europa Ocidental.

Palavras-chave: GRI *standards*, Relatórios de Sustentabilidade, Responsabilidade Social Empresarial, Saúde e Segurança do Trabalho.

Abstract

This study aims to analyze the quality of occupational health and safety (OHS) disclosures and their determinants. To this end, the quantitative analysis of content is applied to the information disclosed by 101 companies from the European Union that are listed in the Global Reporting Initiative (GRI) official database for the year of 2018. To contextualize the importance of the topic, an OHS framework referring to its economic and social perspectives is presented, as ensuring the health and safety of workers remains one of the challenges for the business community and for the quality of human life. The OHS measures implemented, and the quality of their communication are an aspect of corporate social responsibility (CSR) and are observable through sustainability reports. However, most of the CSR literature focuses on environmental impact and few focuses on OHS social issues. In order to fill this gap and meet the study's objectives, the content analysis allowed the construction of the quality index of the companies OHS disclosures. After the analysis of the quality level of the index, it is used as a dependent variable on the models adopted, the one-way ANOVA and the multiple linear regression model. The results allow us to conclude that the quality of OHS disclosures is, in average, 12 points out of 30, and this quality is significantly influenced by three determinants, the region, the certification in an OHS management system and the external assurance of the reports. In addition, there are relevant differences in quality between the European regions, with the highest quality being significant in Northern Europe, followed by Southern Europe, as opposed to Central and Eastern Europe and Western Europe.

Keywords: GRI standards, Sustainability Reports, Corporate Social Responsibility, Occupational Health and Safety.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract	iii
Índice de tabelas.....	vi
Índice de figuras	vii
Lista de abreviaturas	viii
1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico da Saúde e Segurança do Trabalho (SST)	3
2.1. Evolução histórica, políticas e programas internacionais	3
2.2. Dimensão económica da SST e análises custo-benefício	5
2.3. Cultura de prevenção	7
2.4. Mudanças e limitações dos problemas da SST.....	8
3. Responsabilidade Social Empresarial (RSE).....	11
3.1. Conceito de RSE	11
3.2. A SST e a sua ligação à RSE	13
3.2.1. Relatórios de sustentabilidade e as diretrizes da GRI	14
3.2.2. Sistemas de gestão da SST.....	16
3.3. Análises de conteúdo de SST nos relatórios de sustentabilidade	17
3.3.1. Quantidade das informações	18
3.3.2. Qualidade das informações.....	20
4. Hipóteses de investigação e método.....	23
4.1. Introdução e exposição do problema.....	23
4.2. Hipóteses de investigação	24
4.3. Modelo empírico	27
4.4. Variável dependente.....	28
4.4.1. Sistema de pontuação	29
4.4.2. Índice de qualidade.....	30
4.5. Variáveis independentes e de controlo.....	30
5. Análise empírica	32
5.1. Seleção e constituição da amostra.....	32
5.2. Análise descritiva da amostra.....	33
5.3. Análise dos resultados da qualidade das divulgações de SST	35
5.4. Análise dos resultados de estimação.....	36

5.4.1. Análise univariada.....	36
5.4.2. Validação dos pressupostos do modelo de regressão linear múltipla	38
5.4.3. Resultados da estimação do modelo (1).....	39
5.5. Discussão dos resultados.....	42
5.5.1. Nível de qualidade - questão de investigação 1.....	42
5.5.2. Fatores que influenciam o nível de qualidade - questão de investigação 2.....	43
6. Conclusão	46
7. Referências bibliográficas	49
8. Anexos.....	60
Anexo A - Especificidades dos indicadores que compõem a lista de verificação	60
Anexo B - Lista de empresas pertencentes à amostra	62

Índice de tabelas

Tabela 1 - GRI 403: SST 2016	15
Tabela 2 - GRI 403: SST 2018	15
Tabela 3 - Síntese dos estudos qualitativos e quantitativos de SST	20
Tabela 4 - Síntese dos estudos de qualidade das divulgações	22
Tabela 5 - Escala de pontuação de 4 níveis	29
Tabela 6 - Especificidades das variáveis	31
Tabela 7 - Países das empresas da amostra por região	33
Tabela 8 - Estatísticas descritivas	33
Tabela 9 - Características globais da amostra	34
Tabela 10 - Resultados das pontuações quanto ao tipo de informação divulgada	35
Tabela 11 - Resultados do teste ANOVA	36
Tabela 12 - Teste de igualdade das medianas do IQ	37
Tabela 13 - Resultados de estimação do modelo (1)	39
Tabela 14 - Resultados de estimação do modelo (1) simplificado	41
Tabela 15 - Sinais esperados versus obtidos	43

Índice de figuras

Figura 1 - Iceberg de Heinrich	5
Figura 2 - Principais dificuldades europeias ao abordar a SST.....	9

Lista de abreviaturas

EUA	Estados Unidos da América
EU-OSHA	Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IQ	Índice de Qualidade
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OHSAS	<i>Occupational Health and Safety Assessment Series</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLS	Método dos Mínimos Quadrados
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SST	Saúde e Segurança do Trabalho
UE	União Europeia
VIF	Fator de Inflação de Variância

1. Introdução

A nível mundial ocorrem, anualmente, cerca de três milhões de mortes associadas a acidentes e doenças relacionadas com o trabalho e mais de 370 milhões de acidentes de trabalho não fatais (Organização Internacional do Trabalho, 2019). Takala et al. (2014) associam a estes números perturbadores, um impacto económico negativo de 4% no PIB mundial e referem que, em alguns países, este valor sobe para 6% ou mais.

Apesar da maior atenção à saúde e segurança do trabalho (SST) verifica-se, ainda, a escassez de reconhecimento perante a materialidade da mesma para a saúde financeira empresarial. Tal acaba por penalizar a parte mais vulnerável, os trabalhadores, não obstante de o acesso a um local de trabalho seguro e saudável ser considerado um direito humano.

A literatura sugere que a SST trata de uma matéria pertinente para várias partes interessadas como empresas, acionistas, trabalhadores e as suas famílias, sindicatos, reguladores, prestadores de cuidados de saúde, seguradoras e a sociedade. De facto, ao serem reunidas as condições para um ambiente de trabalho seguro e saudável, está-se a contribuir para a prevenção de fatores como a exclusão social, a pobreza, o sofrimento humano e os custos económicos (International Labour Organization, 2013). Ao nível do Estado, verificam-se benefícios como a diminuição das despesas com a saúde e com a segurança social. Nas seguradoras, as indemnizações e custos de recuperações dos sinistrados diminuem. Quanto à sociedade, os benefícios refletem-se, por exemplo, numa melhoria dos índices de produtividade do país (Pinto, 2017).

De forma a influenciar a perceção da sociedade e assegurar o cariz preventivo da SST, a comunicação das suas medidas e resultados tem-se tornado integral no desempenho e na gestão quotidiana organizacional (Araújo & Ramos, 2015; Malan, Radjy, Pronk, & Yach, 2016). Para esta comunicação com as diversas partes interessadas, as empresas recorrem, usualmente, aos relatórios de sustentabilidade, para os quais tem surgido um crescente interesse, tanto ao nível da quantidade como da qualidade das suas informações. A literatura explica este fenómeno com base no seu impacto positivo no valor da empresa, tanto ao nível da imagem, da reputação, da fidelidade do consumidor como ao nível da produtividade e dos resultados financeiros (Granerud, 2011; Montero, Araque, & Rey, 2009).

Neste sentido, os organismos responsáveis pelas diretrizes e estruturas que facilitam o processo de divulgação das informações não financeiras têm um papel importante, sendo

algumas referências o *International Integrated Reporting Council*, o *Sustainability Accounting Standards Board* e a *Global Reporting Initiative* (GRI).

O presente estudo pretende responder aos recentes apelos de vários organismos internacionais relativamente à necessidade de uma maior atenção académica às divulgações voluntárias das empresas em matéria de SST. Assim, de forma a analisar a qualidade das divulgações de SST e os fatores que a influenciam, este estudo irá incidir sobre a mais recente atualização da diretriz de SST da GRI, a GRI 403: SST 2018. Quanto à amostra, será constituída por 101 empresas da UE, pertencentes às quatro regiões da Europa, nomeadamente, Central e Oriental, Norte, Sul e Ocidental, cujos relatórios integrados ou de sustentabilidade, para o ano de 2018, estejam presentes na base de dados oficiais da GRI.

Duas questões de investigação serão abordadas:

1. Qual será o nível de qualidade das informações de SST divulgadas pelas empresas?
2. Será que o nível de qualidade das divulgações de SST das empresas é influenciado pela região, setor, sistema de gestão de SST, dimensão, garantia externa, cotação no mercado de capitais e pela empresa ser multinacional?

De forma a responder à questão de investigação 1, utiliza-se um sistema de pontuação que permite quantificar a qualidade das divulgações de SST constantes nos relatórios em análise, sendo que através do somatório destes valores se atribui um nível de qualidade a cada empresa. Com vista a responder à questão de investigação 2 realiza-se, num primeiro momento, uma análise univariada e de seguida estimam-se regressões para analisar o poder explicativo dos fatores sobre o nível de qualidade.

Ao nosso conhecimento, até à data, este é um trabalho pioneiro que visa contribuir para a escassa literatura ao nível da SST, para a análise da qualidade das suas divulgações e para os fatores que a influenciam. De modo a alcançar os objetivos mencionados, o presente trabalho está estruturado em oito capítulos. O presente, expõe os objetivos do estudo e a sua contribuição; o segundo, contextualiza a SST nas suas vertentes sociais e económicas; o terceiro, apresenta os fundamentos teóricos relativos à responsabilidade social empresarial (RSE) e à sua ligação com a SST; o quarto, descreve o procedimento metodológico, sendo apresentado as hipóteses de investigação, o modelo empírico e as descrições das variáveis em estudo; o quinto, expõe a constituição da amostra e os resultados que permitirão responder às questões de investigação; o sexto contém as considerações finais; o sétimo, lista as referências bibliográficas utilizadas para o estudo e o oitavo apresenta os anexos.

2. Enquadramento teórico da Saúde e Segurança do Trabalho (SST)

A SST diz respeito à promoção, prevenção e manutenção do mais alto grau de bem-estar físico, mental e social dos trabalhadores (Montero et al., 2009).

2.1. Evolução histórica, políticas e programas internacionais

A SST é algo transversal à história da humanidade. No entanto, a problemática da SST foi agravada na sua pertinência aquando da revolução industrial¹ e da consequente utilização massiva de máquinas, cuja conceptualização não considerava, ainda, as limitações dos trabalhadores. Considere-se que a época ficou marcada pelo elevado número de acidentes e doenças do trabalho, resultando numa elevada taxa de mortalidade (Pinto, 2017).

Uma referência histórica ao nível da regulamentação da SST remonta a Inglaterra, onde em 1802, foi promulgada a primeira lei para proteção dos trabalhadores, designada Lei de Saúde e Moral dos Aprendizes, na qual, entre outras, foram estabelecidos o limite de 12 horas de trabalho. No que concerne ao trabalho infantil, foi promulgada a lei das fábricas em 1833. Seguiu-se, em 1844, a alteração dessa lei que estendeu a cobertura da legislação ao horário de trabalho das mulheres e incluiu as primeiras disposições de segurança nas máquinas (Johnstone & Carson, 2001; Pinto, 2017). Estas regulamentações espalharam-se por todo o império britânico impactando também todo o continente europeu.

Em Portugal é publicado, em 1855, o Regulamento dos Estabelecimentos Insalubres, Incómodos e Perigosos, que se traduz na primeira aproximação normativa à questão das condições de trabalho. Na Alemanha, a partir de 1865, destaca-se a aprovação da primeira lei sobre a indemnização dos trabalhadores, a qual responsabilizava os empregadores pelo pagamento dos acidentes de trabalho. Dada a sua importância, os fundamentos desta lei foram adotados rapidamente por outros países industrializados (Freitas, 2016; Pinto, 2017).

O início do século XX, marcado pela Primeira Guerra Mundial, interferiu nos primeiros esforços da consolidação de normas internacionais de SST. O final da guerra incitou o surgimento de acordos de paz universal e justiça social, através da criação da Sociedade das Nações e da OIT (Organização Internacional do Trabalho, 2019). Perante o contexto de crise económica e monetária que se seguiu, a OIT teve, também, um papel importante na garantia da SST (McCulloch & Rosental, 2017), nomeadamente, na regulação das condições

¹ Final do século XVIII e início do século XIX.

de trabalho e do tempo de trabalho. No entanto, a implementação das medidas de SST desenvolvidas pela OIT foi dificultada com início da Segunda Guerra Mundial (Organização Internacional do Trabalho, 2019).

No período de pós-guerra começaram a desenvolver-se alianças económicas surgindo instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 1948, foi adotada, pela ONU, a Declaração dos Direitos do Homem, onde é destacado, no n.º 1 do art.º 23.º, que “Toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção”.² Tal constituiu as condições de trabalho em termos de saúde e segurança como um direito humano fundamental de todo e qualquer trabalhador (Ramos & Patrício, 2018).

Mais tarde, em 1996, surge mais um organismo de renome, a Agência Europeia para a Segurança e a Saúde no Trabalho (EU-OSHA), a qual tem um papel importante no esclarecimento da legislação europeia e na identificação de riscos emergentes (Pinto, 2017). A partir de 2000, a integração das questões de SST na agenda política têm permitido, cada vez mais, a sua aplicação prática (International Labour Organization, 2013).

Em 2006, a OIT publicou a Convenção n.º 187 com foco em promover a cultura de prevenção e os sistemas de gestão da SST (Pinto, 2017). No mesmo sentido, importantes declarações são estipuladas. A declaração de Seul de 2008, assinada por 46 líderes mundiais, apela à criação de uma cultura de prevenção que confira o direito à saúde e segurança e que seja respeitada pelos Estados, a todos os níveis. Conferindo a mesma ótica da SST, a declaração de Istambul de 2011 assinada por 33 países requer que se desenvolvam culturas nacionais de prevenção sustentáveis (Organização Internacional do Trabalho, 2019).

Através da presente retrospectiva sobre alguns dos desenvolvimentos marcantes da história mundial da SST, são notórios os esforços para a redução do número de acidentes de trabalho, doenças profissionais e fatalidades. Estes esforços têm sido crescentemente vistos como um grande desafio internacional, relevante para alcançar a justiça social e o desenvolvimento sustentável (Organização Internacional do Trabalho, 2019). Sendo que atualmente, a SST é um dos objetivos de desenvolvimento sustentável, adotados pela ONU como parte da agenda para cumprir até 2030 (GRI, 2018).

² <https://www.pcp.pt/actpol/temas/dhumanos/declaracao.html>

2.2. Dimensão económica da SST e análises custo-benefício

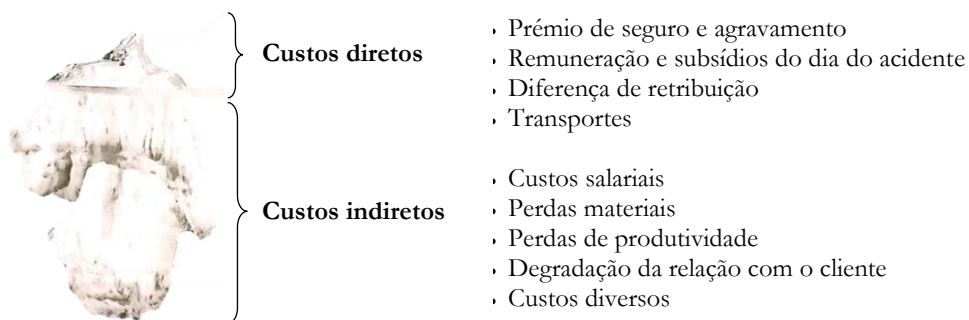
Perante as consequências dos acidentes e doenças do trabalho torna-se fundamental que a entidade empregadora seja eficaz na tomada de decisão para implementação de estratégias de SST. Para tal, é essencial uma avaliação económica, que passa por calcular as vantagens na adoção das medidas mais adequadas, face aos custos (Freitas, 2016).

Freitas (2016) considera que os acidentes e as doenças ocupacionais têm um impacto múltiplo no funcionamento das empresas e inclusive, podem representar perdas financeiras significativas. O autor refere os acidentes e doenças ocupacionais como sintomas duma disfunção, por permitirem o reconhecimento do não cumprimento de um conjunto de requisitos que têm efeitos, económicos e sociais, negativos na empresa.

Frequentemente, o foco na SST, por parte das empresas, é direcionado para a redução dos custos de compensação dos trabalhadores, sendo postos de parte os custos totais suportados pela organização, trabalhadores e sociedade (Tompa, Dolinschi, & Oliveira, 2006).

Tradicionalmente, a totalidade dos custos de SST é expressa em custos diretos e indiretos. A visão mais atual dos custos é a comparação com um *iceberg*, onde os custos diretos representam a sua parte visível e os custos indiretos representam a maior parte, a invisível (Paez & Genaidy, 2017).

Figura 1 - Iceberg de Heinrich



Fonte: (Freitas, 2016, p. 135)

A relação entre estes custos, segundo Larsson e Betts (1996) varia, dependendo de fatores como a indústria, a gravidade das consequências, a estrutura de seguros contra acidentes do trabalho, as compensações dos trabalhadores e o sistema de saúde do país.

Nagata et al. (2014) salientam outra divisão usual dos custos, em custos de prevenção e custos de perda. Os custos de prevenção relacionam-se com a implementação de atividades de SST, por exemplo, custos de pessoal, despesas e investimentos. Já os custos de perda estão

relacionados com a saúde dos trabalhadores, por exemplo, ausência ao trabalho devido a acidentes, doenças e a perdas de produtividade, denominadas de presenteísmo.

Entretanto, graças a diversos estudos,³ os efeitos positivos do investimento em SST têm ganho cada vez maior destaque, pois impactam a vida do trabalhador e o desempenho da empresa, o que por consequência impacta a economia do país.

Yach (2016), refere a maior satisfação no trabalho, o menor absentismo, a redução dos custos de cuidados de saúde e os aumentos da produtividade, como vantagens do foco, dos empregadores, na SST. Perante aumentos de produtividade Conradie, Smit, e Malan (2016), referem impactos positivos no desempenho financeiro e no preço das ações da empresa. Os autores salientam que os benefícios da melhoria da produtividade da força de trabalho superam os custos associados com a implementação de programas de SST.

O impacto ao nível das economias dos países é ilustrado por Takala et al. (2014), com referência a estudos de vários países e da OIT, ao salientarem que os custos económicos de doenças e acidentes do trabalho afetam entre 1,8% a 6% do PIB. A associação entre o ciclo económico e os acidentes de trabalho é, também, reforçada por Fernandez-Muniz, Montes-Peon, e Vazquez-Ordas (2018), com foco em Espanha, entre 1994 e 2014. Os autores indicam que o crescimento económico é acompanhado pelo custo de um elevado nível de acidentes de trabalho, concluindo pela fraqueza do sistema de prevenção em SST desse país.

As organizações têm demonstrado uma maior preocupação sobre a dimensão económica da SST, visto que esta começa a ser encarada não tanto como um custo a minimizar, mas sim como um investimento (Pinto, 2017). Dongen et al. (2013) apontam que as organizações investem em SST por razões legais, financeiras e éticas.

Perante o exposto, tem surgido um número crescente de artigos relativos à investigação das implicações financeiras das intervenções de SST. De seguida serão realçadas algumas das conclusões da literatura resultantes de análises custo-benefício.

Forteza, Carretero-Gomez, e Sese (2017), examinaram a relação entre risco, taxa de acidentes e o desempenho financeiro da indústria da construção. Para tal, foi utilizada uma amostra constituída por 505 locais de construção de 272 empresas espanholas, entre 2004 e 2009. Os autores obtiveram uma relação linear positiva significativa entre o risco do local de trabalho

³ Vários estudos, mostram que cada euro investido em SST rende duas vezes mais aos empregadores (Comissão Europeia, 2017).

e a taxa de acidentes. Verificaram, também, uma relação quadrática significativa entre a taxa de acidentes e o desempenho económico da empresa.⁴

Reiman, Raisanen, Vayrynen, e Autio (2019), analisaram uma empresa no setor de energia que investiu 0,8 milhões de euros em SST. Entre 2010 e 2016 verificou-se um retorno desse investimento, resultando numa relação custo-benefício de 2,20. Os autores concluíram que o compromisso estratégico a longo prazo na SST proporciona benefícios monetários.

Ao nível das pequenas e médias empresas (PME), as análises custo-benefício das intervenções da SST encontram resultados relevantes. Num estudo realizado pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (2014), verificou-se que 11 das 13 intervenções geraram um retorno positivo do investimento, no período de 5 anos. O estudo contribui para a conclusão de que as iniciativas de SST em PME podem resultar não só numa melhoria significativa das condições de trabalho, como também podem ser lucrativas.

Paez e Genaidy (2017) referem que ao envolver a vida humana, a SST é um tema complexo devendo ser considerado pelas organizações como algo mais do que uma relação custo-benefício. No entanto, como já demonstrado, uma análise quantitativa permite a avaliação da eficiência e eficácia das medidas e do custo-benefício global da SST.

Em suma, é possível concluir que a lógica do investimento em SST, remonta à dimensão evitável dos acidentes e das doenças do trabalho, dimensão esta que permite a redução dos riscos, levando a reduções nos custos. Consequentemente, programas de SST produzem um retorno positivo do investimento (Fabius et al., 2013).

2.3. Cultura de prevenção

A nível mundial, surgem variados exemplos de trabalhadores expostos a riscos à sua saúde e segurança, como consequência de muitos empregadores não terem a consciencialização da responsabilidade moral, e muitas vezes legal, que lhes recai (Montero et al., 2009).

A literatura realça que a maioria dos acidentes e doenças do trabalho podem ser prevenidos e, neste sentido, o desafio recai na manutenção de uma cultura de prevenção que abranja toda a sociedade, de forma contínua (Takala & Urrutia, 2009; Walters, 2005). Ao nível das organizações, Mansdorf (1999) aponta que um desempenho verdadeiramente eficaz só é alcançado quando à cultura organizacional se conjuga um sistema de gestão. A este contexto

⁴ Especificamente, para um baixo número de acidentes, observa-se que a rentabilidade da empresa aumenta enquanto a taxa de acidentes cresce, chegando a um ponto a partir do qual acidentes adicionais reduzem o desempenho da empresa.

está associado o conceito de cultura de prevenção pelo qual se visa assegurar que o direito a um ambiente de trabalho seguro e saudável é respeitado a todos os níveis e que o princípio da prevenção tem uma elevada prioridade (Organização Internacional do Trabalho, 2010).

Cabral (2011) define a prevenção, referindo que é necessária ao desenvolvimento da SST, como uma ação que permite evitar ou diminuir os riscos do trabalho através da adoção de uma sequência metodológica constituída pela deteção do perigo, avaliação do risco e controlo do risco.⁵ O autor salienta a importância de a prevenção ser gerida tendo em conta a totalidade dos riscos relacionados com o trabalho, incluindo os de natureza psicossocial, e de todos os intervenientes, incluindo os trabalhadores independentes e as empresas subcontratadas, no sentido de privilegiar a eliminação do risco.

Não obstante de ser imperativo dar resposta ao problema global dos riscos, através do desenvolvimento de estratégias de prevenção eficazes, a Organização Internacional do Trabalho (2019) refere que esta prevenção eficaz continua a ser um dos maiores desafios globais a nível da SST. A adoção das ações preventivas tem-se verificado subvalorizada e apesar do desenvolvimento de leis e atividades de fiscalização, as condições de trabalho para a maioria dos trabalhadores do mundo não atendem aos padrões e diretrizes mínimos estabelecidos pela OMS e OIT. Inclusive, nos países em desenvolvimento os regulamentos da SST apenas abrangem uma minoria da população (Lucchini & London, 2014).

2.4. Mudanças e limitações dos problemas da SST

Apesar dos progressos apresentados, grande parte dos instrumentos de SST não são postos em prática, assim como não é, ainda, suficiente a prevenção e a harmonização da SST. Pelo que, este subcapítulo consiste numa breve alusão a algumas das limitações, mudanças e dificuldades relativas aos diversos problemas europeus e globais da SST.

Uma das limitações é representada pelos elevados níveis de precariedade e irregularidade, associados ao aumento da mobilidade dos trabalhadores do setor informal, sendo de destacar, os migrantes. Esta categoria de trabalhadores está mais exposta aos riscos da sinistralidade laboral, mais vulnerável a riscos relacionados com problemas de comunicação, discriminação e a trabalho não declarado,⁶ especialmente em setores de emprego, como a

⁵ Torna-se importante a distinção entre perigo e risco. Cabral (2011) define “perigo: como sendo qualquer propriedade ou capacidade intrínseca de um componente de trabalho potencialmente causador de danos; risco: como sendo a possibilidade de que um trabalhador sofra um dano provocado pelo trabalho” (p.4).

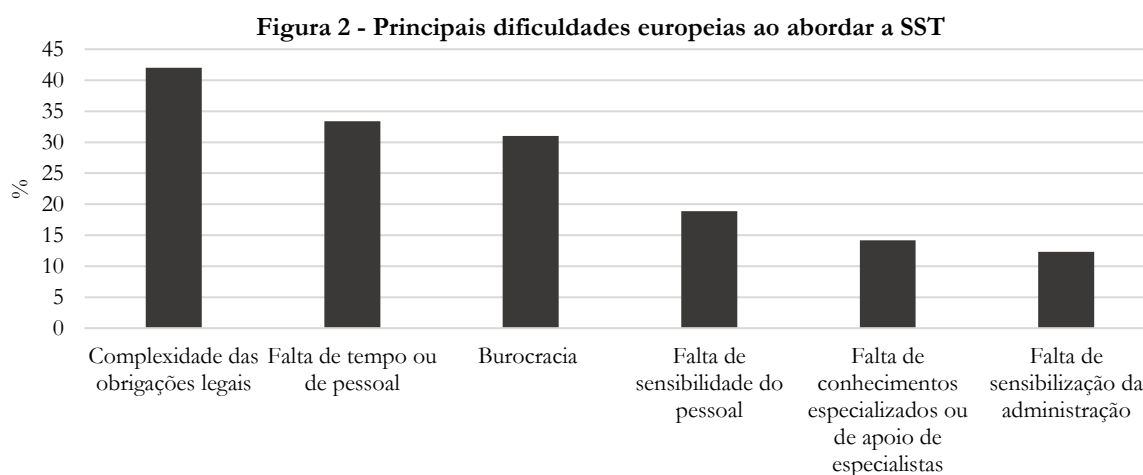
⁶ Os trabalhadores não declarados, pelo cariz da sua condição, tendem a não ser alvo de serviços de saúde ocupacional não estando salvaguardados por mecanismos legais de proteção (Oliveira & Pires, 2010).

construção (Ramos & Patrício, 2015). Conferindo uma das razões pela qual a SST a nível global se torna uma questão local para muitos países (Lucchini & London, 2014).

Freitas (2016) sustenta que um dos principais desafios comuns na União Europeia (UE) diz respeito à contínua necessidade de melhoria, para as micro e PME,⁷ tanto na implementação como na eficácia da gestão da SST. Pela sua predominância, as PME têm bastante relevância para a economia europeia, no entanto, o mesmo autor realça que estar em conformidade com as diretivas de SST é mais difícil para este grupo de empresas face às de maior dimensão. Inclusive, nas PME a taxa de sinistralidade é mais elevada (Freitas, 2016). Ao carecer de sensibilização e de conhecimentos especializados, mais de 1 em cada 3 microempresas não incorpora a avaliação de riscos no local de trabalho (Comissão Europeia, 2017).

Assim, são cada vez mais os Estados-membros da UE que visam direcionar as políticas de SST às PME e às demais fragilidades que se verificam. Estas políticas, por norma, dão prioridade às avaliações de risco orientadas para os resultados e à partilha de boas práticas em matéria de medidas preventivas e formação (Comissão Europeia, 2017).

Ao nível das empresas europeias, as principais dificuldades em abordar a SST, de entre as quais a falta de sensibilização e de conhecimentos especializados, estão apresentadas no mais atual inquérito⁸ da EU-OSHA (2019a) aos estabelecimentos europeus, que visa ajudar os locais de trabalho a lidar mais eficazmente com a SST e promover a saúde e o bem-estar dos empregados. Tendo em análise a UE, na seguinte figura⁹ é possível verificar que mais de 40%



⁷ Em Portugal, tal como consta no Decreto-Lei n.º 109/2000 de 30 de junho, apenas as grandes empresas têm obrigatoriedade de deter serviços internos de SST sendo que por norma as PME subcontratam esses serviços. Legislações similares estão presentes em vários países, a título de exemplo Chipre, Itália e Suécia.

⁸ Onde foram inquiridos cerca de 45 mil estabelecimentos pertencentes a todos os setores de atividade.

⁹ Dados filtrados para os 27 Estados-membros da UE através da base de dados ESENER e conjugados manualmente. Mais informações em https://visualisation.osha.europa.eu/esener#!/en/survey/detailpage-european-bar-chart/2019/drivers-and-barriers/en_1/E3Q263_7/activity-sector/14/11

das empresas inquiridas considera a complexidade das obrigações legais da SST como a maior dificuldade na forma como abordam a SST. Ainda, a mesma entidade refere a área dos riscos psicossociais, incluindo, stresse, violência, depressão, assédio, como um dos maiores desafios da SST na Europa. A visível falta de sensibilização tanto do pessoal, cerca de 20%, como da administração, cerca de 12%, realça a problemática referida por Ramos e Patrício (2018), quanto à existência de trabalhadores sem acesso a aconselhamento e a formação, bem como sem acesso a sensibilização sobre as responsabilidades e obrigações do respetivo empregador.¹⁰

Outro aspeto que limita a harmonização da SST no que diz respeito à prevenção, recai na maior dificuldade de reporte e visibilidade das doenças ocupacionais do que dos acidentes de trabalho. Para combater esta dificuldade é fundamental a constante melhoria da informação e da compreensão dos riscos, de modo a que sejam prevenidos e controlados. Tal espelha-se na crescente necessidade, a nível internacional, de divulgações dos conhecimentos sobre os riscos emergentes, como os psicossociais, pois para um melhor desempenho, as empresas precisam de informações que auxiliem corretamente sobre como proceder à avaliação destes riscos emergentes (Ramos & Patrício, 2018).

Adicionalmente, a comparação de dados e tendências é ainda um entrave à análise da SST a nível global, pois é sustentado que varia conforme as regiões e ao longo do tempo. Dentre os países, usualmente existe um subregisto de acidentes de trabalho não mortais e, principalmente, de doenças profissionais (Rushton, 2017).

Assim, para que seja garantido um desenvolvimento económico e social sustentável, são fundamentais abordagens globais quanto à SST, principalmente tendo em conta o bem-estar físico, mental e social das mulheres e dos homens no trabalho, os setores, a economia informal e o crescimento dos riscos emergentes. São cruciais ações de divulgação que conduzam a uma maior consciencialização de todas as partes envolvidas, melhorando os meios de comunicação e integrando a SST como uma temática de ensino escolar (Ramos & Patrício, 2018). No mesmo sentido a Organização Internacional do Trabalho (2019) afirma que é fulcral não só uma ação conjunta das empresas na adoção de sistemas eficazes de recolha de dados de SST, como também a melhoria da divulgação e utilização dos dados de SST para análise e produção de relatórios.

¹⁰ A sensibilização sobre os riscos profissionais e sobre as medidas de prevenção constitui obrigação das empresas, estas devem garantir a formação tendo em conta as especificidades de cada posto de trabalho (Ramos & Patrício, 2015).

3. Responsabilidade Social Empresarial (RSE)

Neste capítulo, serão apresentadas algumas perspectivas para contextualizar a RSE e as teorias que sustentam a sua divulgação, enquadrando-a com a SST.

3.1. Conceito de RSE

Tal como referido por Roca e Searcy (2012), ao longo dos anos a RSE¹¹ tem sido discutida de forma bastante variada, não havendo uma definição universal. Primordialmente, Friedman (1970) destaca a RSE como a responsabilidade direta dos gestores para com os detentores de capital da empresa. O autor refere que esta responsabilidade “é de conduzir o negócio de acordo com os seus desejos, que geralmente serão os de ganhar o máximo dinheiro possível, enquanto cumprem as regras básicas da sociedade”¹² (p.1).

Carroll (1979), para definir a RSE, enquadra as obrigações das empresas para com a sociedade em 4 categorias de responsabilidade. O autor refere-se à responsabilidade económica como fundamental para a obtenção de lucro. Quanto à responsabilidade legal destaca que a sociedade expecta a atuação das empresas dentro dos termos das leis e regulações. Já quanto à ética, salienta as expectativas para além dos requisitos legais. Por fim a responsabilidade discricionária representa as atividades voluntárias das empresas.

De acordo com o Livro Verde da Comissão Europeia (2001),¹³ a RSE recai na integração das preocupações ambientais e sociais nas atividades das empresas e na adicional interação com as partes interessadas, numa base voluntária. Recentemente, a Comissão Europeia (2011) define-a como, “responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade” (p.7).

No entanto, Dahlsrud (2008) ao analisar o conteúdo de 37 definições de RSE, apesar de encontrar semelhanças, refere a presença de ambiguidade perante as variadas definições. O autor conclui que o desafio não é definir o conceito de RSE, mas sim perceber como a RSE é construída socialmente em concordância com as especificidades dos contextos, de forma a apoiar o desenvolvimento das estratégias das empresas.

Porter e Kramer (2011) apresentam uma noção alternativa da RSE onde salientam que nesta as questões sociais são periféricas e não uma questão central, apontando que a solução recai

¹¹ Entre outros, o conceito de responsabilidade social surge frequentemente como equivalente ao de desenvolvimento sustentável (Araújo & Ramos, 2015).

¹² Tradução livre, no original: “is to conduct the business in accordance with their desires, which generally will be to make as much money as possible while conforming to their basic rules of the society.”

¹³ “Promover um quadro europeu para a responsabilidade social empresarial”.

no princípio do valor partilhado. Os autores argumentam que os programas de RSE são vistos como uma reação à pressão externa e como despesas para os acionistas, assim como são focados na melhoria da reputação das empresas. Em contraste, o valor partilhado envolve a criação simultânea de valor económico e de valor para a sociedade, respondendo às suas necessidades e desafios.¹⁴ Assim, o conceito de valor partilhado, “reconhece que as necessidades da sociedade, e não apenas as necessidades económicas convencionais, definem os mercados. Reconhece também que os danos ou fraquezas sociais criam frequentemente custos internos para as empresas”¹⁵ (Porter & Kramer, 2011, p. 5).

Esta noção de que as empresas podem criar valor económico através da criação de valor social torna o valor partilhado parte integrante da rentabilidade e da posição competitiva das empresas (Porter & Kramer, 2011). Os mesmos autores sugerem que os relatórios de sustentabilidade são relatórios de valor partilhado, inclusive realçam que algumas empresas estão a começar a usar este conceito em vez de responsabilidade social.¹⁶

O fenómeno de divulgação de informações relativas à RSE é, usualmente, explicado com base em diferentes teorias, de entre as quais a institucional, a das partes interessadas e a da legitimidade. Brevemente, a teoria institucional frisa que quando uma empresa se posiciona na comunicação de RSE, esta é suscetível de influenciar empresas do respetivo setor na adoção dessas práticas (Searcy, Dixon, & Neumann, 2016). Na teoria das partes interessadas, a título de exemplo, uma elevada pressão dessas partes perante questões sociais pode conduzir as empresas a divulgar informações abrangentes sobre essas questões (Tsalis, Stylianou, & Nikolaou, 2018). Os autores Fernandez-Feijoo, Romero, e Ruiz (2014b) evidenciam que a pressão de várias partes interessadas tem um impacto positivo na qualidade das divulgações das empresas. Em resposta às pressões das partes interessadas, as organizações divulgam informação, com o intuito de se legitimarem perante a sociedade (Moura, Ribeiro, & Monteiro, 2017). Vourvachis, Woodward, Woodward, e Patten (2016) e Searcy et al. (2016), concluem que as empresas divulgam informações de RSE como uma ferramenta de legitimação e, conferem destaque à necessidade de maior transparência e

¹⁴ Os mesmos autores não associam valor partilhado quer à responsabilidade social, filantropia, ou sustentabilidade, mas sim a uma forma diferente de alcançar o sucesso económico. Na ótica dos autores, a criação de valor é menos limitada, alavanca recursos e conhecimentos e é mais viável a longo prazo.

¹⁵ Tradução livre, no original: “The concept of shared value, in contrast, recognizes that societal needs, not just conventional economic needs, define markets. It also recognizes that social harms or weaknesses frequently create internal costs for firms”.

¹⁶ Sendo que em ambos os casos, quer valor partilhado ou RSE se assume tanto o cumprimento das leis e normas éticas como a redução dos impactos negativos das atividades empresariais (Porter & Kramer, 2011).

comparabilidade entre as publicações e entre entidades, com foco na diluição da assimetria de informação.

Ilustrando que a divulgação de RSE não se trata apenas de uma questão de cariz voluntário, existem diversos requisitos legais, como a diretiva n.º 2014/95/UE do parlamento europeu, para a divulgação de informações não financeiras. Em Portugal, a publicação do Decreto-Lei n.º 89/2017 revela o cariz obrigatório, para empresas que tenham em média mais de 500 trabalhadores, da apresentação anual de uma demonstração não financeira “referente, no mínimo, às questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, à igualdade entre mulheres e homens, à não discriminação, ao respeito dos direitos humanos, ao combate à corrupção e às tentativas de suborno” (Artigo 66.º-B 1,2). Tal decreto refere que a RSE, quando divulgada corretamente, contribui de forma decisiva para o reforço da confiança dos investidores e dos consumidores.

3.2. A SST e a sua ligação à RSE

A busca por um ambiente de trabalho seguro e saudável assim como a promoção de uma cultura de prevenção de riscos são duas das principais responsabilidades sociais de uma empresa e, consequentemente, parte integrante da RSE (Montero et al., 2009).

De facto, a importância da RSE tem ascendido em termos da sua influência direta na atividade empresarial e na sua relação notória com a SST. Um ambiente de trabalho seguro, ao ser essencial para o bem-estar dos trabalhadores, tem um impacto relevante para garantir a sustentabilidade das empresas e, amplamente, para que as economias prosperem a longo prazo (Takala & Urrutia, 2009). No mesmo sentido, o Livro Verde da Comissão Europeia (2001) refere que a ligação entre a SST e a RSE deve ser tida em conta, na realização voluntária de iniciativas e no alcance de metas de SST para além dos requisitos legais.

Perante o interesse crescente associado ao facto da RSE fortalecer a SST, surgem oportunidades e benefícios para as empresas. Os efeitos positivos refletem-se não só ao nível da imagem, reputação e fidelidade do cliente como também no aumento da produtividade e dos resultados financeiros (Granerud, 2011; Montero et al., 2009). Mais benefícios são visíveis ao nível dos acionistas, pois as informações sobre as atividades de SST revelam-se úteis para a análise do desempenho da empresa a longo prazo (Nagata et al., 2017).

Estão também associados benefícios para os trabalhadores perante o incentivo à definição de estratégias de inovação contínuas voltadas para as pessoas, os seus valores e os seus

direitos fundamentais no trabalho (Celis, Bobadilla-Güémez, Alonso-Almeida, & Velasco-Balmaseda, 2017). O que, por consequente, se poderá traduzir numa outra vantagem competitiva via atração e retenção de trabalhadores com elevadas competências e talento (Earle, 2003), culminando no aumento da proteção e prevenção da saúde e segurança dos trabalhadores e o consequente aumento da sua qualidade de vida (Hart, 2010).

Neste contexto, verifica-se um aumento no número de empresas que têm vindo a adotar ferramentas voluntárias e a integrar as questões de SST nas suas estratégias de responsabilidade social.

Muitas ferramentas e quadros voluntários foram propostos para auxiliar as empresas na forma como lidam com questões de SST, sendo de referência, ao nível internacional, a iniciativa do pacto Global da ONU, as diretrizes da OCDE para multinacionais e a iniciativa do Comércio Ético (Montero et al., 2009). Ao nível de sistemas de gestão e sistemas de certificação são um bom exemplo a OHSAS 18001, a ISO 45001, a SA 8000 e a ISO 26000. Já quanto aos quadros de prestação de contas salienta-se, como referências, a *Accountability 1000 Series*, as diretrizes da GRI e para os EUA a iniciativa da *Sustainability Accounting Standards Board*. Existem também índices de classificação das empresas como o *Dow Jones Sustainability Index* e o *FTSE4Good Selection Criteria* que consideram a SST como um elemento fundamental no desempenho da RSE (Celis et al., 2017; Searcy et al., 2016).

3.2.1. Relatórios de sustentabilidade e as diretrizes da GRI

Ao longo dos anos, o número de empresas que divulga sobre iniciativas de sustentabilidade em relatórios disponíveis ao público, tem vindo a crescer (Roca & Searcy, 2012). Esta forma de comunicação é comumente disponibilizada por via dos relatórios anuais, onde é integrada a informação de RSE, ou dos relatórios de sustentabilidade¹⁷ (Moura et al., 2017).

De acordo com GRI (2016a)¹⁸ o relatório de sustentabilidade é “a prática de uma organização divulgar publicamente informação sobre os seus impactos económicos, ambientais e sociais, portanto, as suas contribuições - positivas ou negativas - em direção ao objetivo de desenvolvimento sustentável” (p.3). Após a identificação dos seus impactos significativos, a organização deve proceder à divulgação de acordo com um padrão globalmente aceite, que

¹⁷ Esta é a denominação adotada no presente estudo. De realçar que vários termos são considerados sinónimos, entre eles, relatórios sociais e ambientais, relatórios de RSE, relatórios de desenvolvimento sustentável, relatórios não financeiros, *triple bottom line* (e.g., Moura et al., 2017; Roca & Searcy, 2012; Skouloudis, Jones, Malesios, & Evangelinos, 2014).

¹⁸ Diretriz intitulada de GRI 101: *Foundation* 2016

possibilitará melhorar a comparabilidade e a qualidade da informação. Tal permite maior transparência na comunicação com as partes interessadas internas e externas à organização e contribui para a formação de opiniões e decisões fundamentadas (GRI, 2016a).

Entre as metodologias que as empresas utilizam para notificar sobre as suas atividades relacionadas à RSE, a mais utilizada são as diretrizes da GRI¹⁹ (Kawashita et al., 2005; Malan, 2017). Especificamente, estas diretrizes são organizadas em três séries a 200, a 300 e a 400, que correspondem, respetivamente, a temas económicos, ambientais e sociais. Neste último, insere-se a GRI 403 que aborda a SST (GRI, 2018).

Em 2018, surge a versão mais recente da GRI de SST, a GRI 403: SST 2018, diretriz que será o foco do presente estudo. Atualmente, uma organização que a reporte, pela primeira vez, é aconselhada a usar a respetiva versão. Quanto aos utilizadores da versão anterior, de 2016, podem continuar a utilização para relatórios e outros materiais publicados em, ou antes, de 31 de dezembro de 2020, data a partir do qual se torna efetiva a transição (GRI, 2018).

Tabela 1 - GRI 403: SST 2016

Divulgações da abordagem de gestão • 403-1 Representação dos trabalhadores em comissões formais de saúde e segurança dos trabalhadores • 403-2 Tipos de lesões e taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos e absentismo, e número de mortes relacionadas com o trabalho • 403-3 Trabalhadores com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas com a sua ocupação • 403-4 Saúde e tópicos de segurança abrangidos em acordos formais com sindicatos
--

Fonte: (GRI, 2016b)

Tabela 2 - GRI 403: SST 2018

Divulgações da abordagem de gestão • 403-1 Sistema de gestão de SST • 403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes • 403-3 Serviços de saúde ocupacional • 403-4 Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores sobre a SST • 403-5 Formação de trabalhadores em SST • 403-6 Promoção da saúde do trabalhador • 403-7 Prevenção e mitigação de impactos sobre a SST diretamente ligados por relações comerciais Divulgações específicas de tópicos • 403-8 Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de SST • 403-9 Lesões relacionadas com o trabalho • 403-10 Problemas de saúde relacionados com o trabalho
--

Fonte: (GRI, 2018)

Nas tabelas 1 e 2 é possível verificar as mudanças entre a diretriz de SST de 2016 e a de 2018. A versão mais recente, tem o objetivo de representar as melhores práticas internacionais,

¹⁹ Internacionalmente, a GRI desenvolveu as primeiras diretrizes de relatórios denominadas de G1 em 2000, que foram atualizadas como G2 em 2002, G3 em 2006, G3.1 em 2011, G4 em 2013 e, mais recentemente, como GRI *standards*, lançadas em 2016 pela *Global Sustainability Standards Board*.

adotando uma abordagem mais holística, em que passa a abranger a transparência nas divulgações sobre sistemas de gestão da SST, a prevenção de riscos e a promoção da saúde no trabalho. Verifica-se, também, que há uma maior ênfase na identificação dos perigos, na avaliação dos riscos e na saúde. De realçar que a diretriz foi desenvolvida com contribuições de especialistas e de múltiplas partes interessadas,²⁰ com foco no interesse público.

3.2.2. Sistemas de gestão da SST

Pelo seu relevo tanto na GRI 403: SST 2018, no cumprimento da legislação, como na minimização dos riscos e na prevenção dos perigos, torna-se essencial contextualizar o conceito de sistemas de gestão de SST.

Os sistemas de gestão de SST fazem parte do sistema global de gestão de uma organização. Na sua composição está um conjunto de diretrizes as quais não substituem as leis nem os regulamentos nacionais ou internacionais. Adicionalmente, têm como finalidade o estabelecimento de uma política adequada, focada no alcance de objetivos e na obtenção de melhores resultados perante os indicadores de SST (Pinto, 2017).

Ao longo dos anos o referencial conhecido por *Occupational Health and Safety Assessment Series* (OHSAS) 18001:2007 tem ganho relevância e emergiu como sistema popular ao nível de implementação e certificação.²¹ Este é um referencial amplamente conhecido pelo seu papel na identificação de riscos relativos à SST (Mohammadfam et al., 2017).

Com o objetivo de otimização da gestão e da melhoria do desempenho na SST surge a recente norma ISO 45001: 2018 que passará a substituir a OHSAS 18001, tendo ambas em comum a fundamentação no ciclo planear, realizar, verificar e atuar.²² As principais diferenças introduzidas recaem na estrutura normativa que passa a ser compatível com outras normas de sistemas de gestão ISO, como a da qualidade e a do ambiente, característica que permite o alinhamento e comparabilidade entre sistemas (Pinto, 2019). Segundo o mesmo autor, no contexto desta norma, os objetivos de um sistema de gestão de SST são baseados em,

²⁰ Representantes de empresas, trabalhadores, sociedade civil, instituições intermediárias e investidores. <https://www.globalreporting.org/information/news-and-press-center/Pages/GRI-Standards-update-OHS-water.aspx>

²¹ A SA 8000 tem sido também uma norma, no ramo dos direitos humanos do trabalho, a qual as empresas se encontram certificadas voluntariamente.

²² As organizações certificadas pela OHSAS 18001, terão um período de migração de 3 anos para conformidade com a ISO 45001, o período terminará em março de 2021. De salientar que embora a certificação de conformidade com a ISO 45001 não seja um requisito da norma a migração terá de ser cumprida (Pinto, 2019).

nomeadamente, prevenir lesões e doenças, evitar a totalidade das não conformidades potenciais e auxiliar o cumprimento de todos os requisitos legais.

Brevemente, no que diz respeito à certificação, esta é caracterizada por Granerud e Rocha (2011), como uma forma de reconhecer que o sistema de gestão cumpre certos requisitos e representa o envolvimento em processos organizacionais de forma a promover a melhoria contínua das condições de SST. Segundo os mesmos autores a certificação num sistema de gestão de SST é uma forma de regulamentação não vinculativa que garante um cumprimento de padrões estabelecidos, sendo vantajoso na documentação e divulgação das condições de trabalho às partes interessadas. A literatura existente demonstra que a divulgação, adoção e certificação nestes sistemas tem um papel fundamental na melhoria do desempenho de SST, sendo que os principais benefícios são a melhoria das condições de trabalho, a garantia do cumprimento da legislação e a melhoria na comunicação interna sobre riscos e perigos (e.g. Podgórski, 2015; Santos, Barros, Mendes, & Lopes, 2013).

3.3. Análises de conteúdo de SST nos relatórios de sustentabilidade

Após o destaque de alguns dos aspetos envolventes na ligação da SST à RSE, em geral, e à sua divulgação em particular, será ainda relevante contextualizar as análises às divulgações nos relatórios. Esta relevância é frisada por Nancy Leppink, chefe da administração do trabalho na OIT, ao referir que “há uma necessidade crítica de dados e indicadores fiáveis e comparáveis de SST que não só informem a ação, mas também impulsionem ações que melhorem o desempenho nesta matéria e que promovem a sustentabilidade”.²³ Assim, nas próximas secções revêem-se as principais conclusões da literatura de RSE com especial atenção nos estudos de SST, revendo-se as análises das divulgações quer no tipo e quantidade de informações, quer na qualidade, tendo em atenção aos seus determinantes.

A literatura sobre os relatórios de sustentabilidade é vasta, no entanto, a maioria centra-se em questões relacionadas com o impacto ambiental, sendo que estudos relacionados a questões sociais são escassos. Como já referido, a falta de atenção aos problemas da SST é problemática, dada a sua influência na qualidade de vida dos trabalhadores e no desempenho organizacional. Fifka (2013) realça uma correlação positiva entre desempenho e divulgações,

²³ Tradução livre, no original: “There is a critical need for reliable and comparable occupational safety and health data and indicators that not only inform action but also drive action that we know improves occupational safety and health performance and advances sustainability”. Retirado de: <https://www.globalreporting.org/information/news-and-press-center/Pages/GRI-Standards-update-OHS-water.aspx>

em que empresas com melhor desempenho na vertente social e ambiental demonstram maior atenção às divulgações. No mesmo sentido, Searcy et al. (2016) sublinham que a presença da SST nos relatórios de sustentabilidade pode refletir-se num maior envolvimento das organizações para com práticas eficazes de SST.

3.3.1. Quantidade das informações

Koskela (2014) analisou 15 relatórios de sustentabilidade de três grandes empresas finlandesas, no setor aeronáutico, energético e financeiro, para o período de 2007 a 2011. Na sua análise, identificou que a quantidade de informações de SST correspondia a cerca de 10% do total das informações dos relatórios. Na maioria do conteúdo de SST destacou-se a segurança, cerca de 44%, enquanto o bem-estar terá sido o aspeto menos divulgado, cerca de 22%, sendo o restante relativo à saúde ocupacional. Adicionalmente, o autor realça que a empresa do setor financeiro foi a que menos divulgou sobre SST.

Searcy et al. (2016) procederam a uma análise de 100 relatórios de sustentabilidade, divulgados entre 2011 e 2013, com o foco na divulgação de indicadores de SST. Metade desses relatórios foram relativos a empresas designadas como líderes de RSE, enquanto a outra metade corresponde a empresas cotadas na bolsa de valores de Toronto. Os autores verificaram uma maior ênfase nas divulgações de indicadores relativos a questões regulamentadas, como indicadores orientados para a segurança. Verificando, consequentemente, uma sub-representação das questões não sujeitas a regulamentação, como questões psicossociais do ambiente de trabalho. O estudo destaca a necessidade da divulgação de indicadores que, na sua totalidade, permitam cobrir todo o âmbito da SST.

Evangelinos et al. (2018) analisaram, ao nível internacional, as divulgações de SST nos relatórios de sustentabilidade de 40 empresas,²⁴ no ano de 2015. Os resultados obtidos indicam que embora as empresas enfatizem a sua abordagem geral da gestão da SST, estas ficam aquém em relatar dados quantitativos além das taxas de lesão e absentismo. Os autores salientam que os programas de formação ao nível da SST são um indicador que é analisado inadequadamente em termos quantitativos e que é o menos relatado. Concluindo que apesar das empresas, nos seus relatórios, identificarem a SST como uma questão material, essa importância não é totalmente refletida nas respetivas informações divulgadas.

²⁴ Pertencentes às indústrias de petróleo e gás, química, aeronáutica e construção.

Ruiz-Frutos, Pinos-Mora, Ortega-Moreno, e Gómez-Salgado (2019) com os objetivos de conhecer o grau de implementação da gestão da SST e de verificar se existe correlação entre esses valores e os da RSE, analisaram uma amostra de 112 empresas do Equador, de diferentes setores, das quais 59% eram multinacionais. Os autores recolheram informações através de 671 questionários, entre 2014 e 2015, tendo verificado que mais de 90% das empresas possuem sistemas de gestão de qualidade, de SST e do ambiente. Cerca de 51% das empresas afirmaram ter um sistema de gestão de SST adequado, enquanto 6,3% excederam o limite mínimo exigido pelos regulamentos equatorianos. Os autores concluem que a avaliação dos aspetos sociais divulgados de acordo com as diretrizes da GRI aponta para a sua sobrestimação quando comparada com as evidências das auditorias ao sistema de gestão de SST.

Kawashita et al. (2005) analisaram os relatórios de sustentabilidade das empresas cotadas na Bolsa de Valores de Tóquio, em 2004, tendo verificado que apenas 26% das empresas divulgava questões de SST e, nestas, identificando vastas diferenças na divulgação por indústria. Constataram que a maioria dos relatórios foi publicada por empresas de gás, de eletricidade e por empresas com um grande número de funcionários. Os autores concluem pela maior divulgação sobre o meio ambiente do que sobre a atividade social. Concluem também que as questões sobre acidentes de trabalho eram mais mencionadas ao passo que divulgações relativas aos custos de segurança eram escassas. Por fim, constataram um grande número de divulgações sobre saúde psicológica, demonstrando o seu relevo apesar desta questão não estar incluída nas duas diretrizes utilizadas no estudo.²⁵

Também com foco no Japão, Nagata et al. (2017) estudaram a tendência dos desenvolvimentos de SST nos relatórios de sustentabilidade, entre 2004 e 2012. As principais conclusões deste estudo foram que o foco no ambiente gradualmente mudou para um foco na atividade social, incluindo a SST, e que o número de empresas a divulgar a SST nos relatórios aumentou. Tal sugere uma crescente consciencialização das empresas ao nível da RSE e também um maior valor associado aos aspetos sociais da RSE. Evidenciando algumas das atuais limitações do alcance da SST, Nagata et al. (2017) destacam, adicionalmente, que a taxa de divulgação, no Japão, é substancialmente menor nas empresas de serviços, finanças e seguros, apesar do crescente número de acidentes de trabalho nas indústrias do setor

²⁵ São utilizadas, como referência internacional, as diretrizes da GRI e como referência nacional as diretrizes de Relatórios Ambientais do Ministério do Meio Ambiente, provenientes do Governo do Japão. À data, contrariamente às GRI, as diretrizes do Japão não mencionavam a SST no âmbito da RSE.

terciário, concluindo que as atividades de SST necessitam de especial atenção nestes setores. Ainda evidenciam que a frequência e gravidade do tempo de trabalho perdido por lesões e acidentes foi maior em empresas de menor dimensão, enquanto o número de acidentes e lesões foi maior em grandes empresas. Outra limitação encontrada recai no facto das diretrizes internacionais não se referirem concretamente a atividades de saúde psicológica, embora os transtornos mentais tenham aumentado entre 1990 e 2010.

Tabela 3 - Síntese dos estudos qualitativos e quantitativos de SST

Autores	País	Período	Amostra	Conclusões
Koskela (2014)	Finlândia	2007 - 2011	15 relatórios de sustentabilidade	A notificação do bem-estar é menos divulgada face à segurança.
Searcy et al. (2016)	Canadá	2011 - 2013	100 relatórios de sustentabilidade	Escassa divulgação de indicadores, como questões psicossociais.
Evangelinos et al. (2018)	Mundial	2015	40 relatórios de sustentabilidade	Apesar de a SST ser um tema material para as empresas, as divulgações não apresentam qualidade. Poucos valores quantitativos são divulgados.
Ruiz-Frutos et al. (2019)	Equador	2014 - 2015	671 entrevistas	Devido ao cariz voluntário das divulgações, estas podem revelar-se estratégicas.
Kawashita et al. (2005)	Japão	2004	1581 relatórios de sustentabilidade	Apenas 26,7% divulgavam informações sobre SST. Escassas as divulgações relativas aos custos de segurança.
Nagata et al. (2017)	Japão	2004 - 2012	15 268 relatórios de sustentabilidade	Número crescente de acidentes no setor terciário. Maior número de acidentes de trabalho em pequenas empresas.

Fonte: Elaboração própria

3.3.2. Qualidade das informações

A qualidade e a confiabilidade dos relatórios de sustentabilidade das empresas tem emergido como um tema de pesquisa, sobretudo no tópico da gestão (Araújo & Ramos, 2015). Fernandez-Feijoo, Romero, e Ruiz (2014a) sublinham a necessidade crescente no desenvolvimento de diretrizes que permitam o aumento da qualidade das informações de RSE divulgadas pelas empresas.

Na literatura de RSE, o termo de qualidade das divulgações é associado a alguns princípios tais como, comparabilidade, precisão, fiabilidade e relevância (e.g. Cormier, Magnan, & Van Velthoven, 2005; Fernandez-Feijoo et al., 2014b). Como definição, Brammer e Pavelin (2008) salientam que a qualidade das divulgações se traduz na transformação do conhecimento que as partes interessadas detêm sobre a estratégia empresarial da entidade.

Estudos empíricos relativos às informações de SST divulgadas nos relatórios de sustentabilidade, até à data, apresentam maior foco na quantidade e no que mais frequentemente é relatado em cada categoria de informação. No entanto, a literatura é escassa quanto à qualidade e comparabilidade desse conjunto de informações (Ruiz-Frutos et al., 2019). No mesmo sentido, Hasseldine, Salama, e Toms (2005) concluem pela importância da qualidade das divulgações, salientando que as empresas que procuram melhorar a sua reputação, devem atentar conjuntamente na quantidade e na qualidade das divulgações.

Fernandez-Feijoo et al. (2014a) identificam as ligações entre o perfil das empresas e o compromisso na qualidade e credibilidade das divulgações de sustentabilidade. O estudo refere que os países europeus têm melhores classificações nas informações sobre RSE e tendem a ter uma atitude cautelosa ou de liderança.²⁶ Os resultados dos autores indicam diferenças na qualidade entre indústrias e, ainda, que as empresas cotadas em bolsa divulgam mais informação sobre RSE do que as não cotadas, mas com menor credibilidade.

Os autores Habek e Wolniak (2016), analisaram os relatórios²⁷ publicados em 2012 de seis Estados-membros da UE, com o objetivo de identificar as diferenças na qualidade das suas práticas de divulgação. O estudo associa a qualidade da informação à relevância e à credibilidade. Os autores concluem por um nível de qualidade baixo relativamente aos relatórios em análise. No que respeita aos seus componentes, a relevância da informação divulgada é mais elevada do que a sua credibilidade. Adicionalmente, os autores evidenciam que a obrigação legal perante divulgar a RSE tem um efeito positivo na sua qualidade.

O'Neill, Flanagan, e Clarke (2016) examinaram a qualidade do desempenho das divulgações de SST, relativas à segurança, nos relatórios anuais das 50 maiores empresas cotadas na Austrália. Os resultados indicaram que as empresas de indústrias perigosas apresentam taxas de divulgação significativamente mais elevadas. No entanto, os autores salientam que uma maior divulgação não se traduziu na difusão de informações demonstrativas das medidas de prevenção de lesões graves. As evidências apontam para a presença de esforços estratégicos com intuito de reduzir a visibilidade de falhas atenuando assim a perceção dos investidores sobre o risco de segurança ocupacional associado à empresa. Os autores concluem pela importância das divulgações de SST na comunicação do desempenho da empresa para os

²⁶ Os autores Fernandez-Feijoo et al. (2014a) associam o comportamento cauteloso a empresas que não divulgam em profundidade, mas que demonstram alguma credibilidade enquanto o comportamento de liderança é associado a empresas com elevados níveis de divulgação e credibilidade.

²⁷ O estudo incluiu relatórios de sustentabilidade e relatórios integrados.

investidores e pelo potencial que a regulamentação das divulgações tem na melhoria significativa da qualidade das divulgações de SST às partes interessadas.

Fernandez-Feijoo et al. (2014b) indicam que a informação divulgada sobre a SST pelas empresas encontra um problema fundamental, na medida em que carece de um sistema padrão para ser comparada. Tsalis et al. (2018), com o objetivo de amenizar tal problema, propõem uma metodologia de avaliação da informação de SST divulgada nos relatórios de sustentabilidade. Assim, Tsalis et al. (2018), tendo por base indicadores da GRI na versão G4,²⁸ desenvolvem um sistema de pontuação de quatro pontos de forma a avaliar a responsabilização, a transparência, o tipo e a qualidade das divulgações de SST. Os mesmos autores, numa amostra de 134 relatórios de sustentabilidade, para os anos de 2015 e 2016, concluem pela fraca qualidade das divulgações de SST e evidenciam que os fatores influentes na qualidade são o setor industrial, o continente em que a empresa opera e a certificação no sistema de gestão de SST OHSAS 18001. Concluem, ainda, por uma maior qualidade das divulgações de SST na Europa do que na América do Norte e na Oceânia.

Tabela 4 - Síntese dos estudos de qualidade das divulgações

Autores	País/Regiões	Período	Amostra	Conclusões
Fernandez-Feijoo et al. (2014a)	11 países ²⁹	2008 - 2010	4496 relatórios de sustentabilidade	Necessidade de desenvolvimento das diretrizes para permitirem o aumento da qualidade das informações divulgadas pelas empresas.
Ruiz-Frutos et al. (2019)	Equador	2014 - 2015	671 entrevistas	A literatura é escassa quanto à qualidade e comparabilidade das informações divulgadas de SST.
Habek e Wolniak (2016)	6 países da UE ³⁰	2012	507 relatórios de sustentabilidade e relatórios integrados	Baixa qualidade das divulgações de RSE a nível da UE, havendo maior relevância do que credibilidade. Obrigação legal de divulgação tem efeito positivo na qualidade.
O'Neill et al. (2016)	Austrália	1997 - 2009	239 relatórios de sustentabilidade	As divulgações de SST são importantes na comunicação do desempenho da empresa.
Tsalis et al. (2018)	Ásia, Europa, Oceânia, Norte da América	2015 - 2016	134 relatórios de sustentabilidade	Baixa qualidade das divulgações de SST. Os fatores influentes na qualidade são o setor industrial, o continente em que a empresa opera e a certificação OHSAS 18001.

Fonte: Elaboração própria

²⁸ Tal como já referido a versão G4 foi publicada no ano 2013.

²⁹ Alemanha, Brasil, China, Dinamarca, Espanha, EUA, Finlândia, Japão, Noruega, Portugal e Suécia.

³⁰ Dinamarca, França, Países Baixos, Polónia, Reino Unido e Suécia.

4. Hipóteses de investigação e método

4.1. Introdução e exposição do problema

Na literatura revista foi enfatizada a importância da SST tendo sido evidenciados os seus inúmeros benefícios, tais como, o melhor desempenho social e financeiro.

Note-se também que apesar dos benefícios, as escolhas de atuar não só na prevenção e promoção da SST como na divulgação das informações relacionadas à SST, não são exercidas por todas as empresas e as que o fazem diferem na qualidade apresentada (Brammer & Pavelin, 2008). Tal acontece em grande parte pela onerosidade associada às divulgações, em aspetos como, custos de medição, verificação, recolha e publicação das informações. Por conseguinte, Brammer e Pavelin (2008) e Cormier e Magnan (1999) referem que as decisões das empresas relativas ao fornecimento e à qualidade das divulgações de responsabilidade social dependem de características empresariais e industriais que influenciam os custos e benefícios relativos à divulgação dessas informações.

Pelas razões evidenciadas ao longo do presente trabalho e dada a escassa literatura, neste tema tão fulcral, tanto na qualidade da vida humana como na empresarial, torna-se essencial estudar qual é o estado atual das divulgações de SST e identificar quais os fatores passíveis de afetar a sua qualidade, no contexto europeu.

Dada a natureza voluntária das metodologias utilizadas pelas empresas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, a sua aplicação demonstra ser bastante variada entre as diferentes empresas. Assim, embora a criação de um quadro comum aproxime a comparabilidade, o alcance desta comparabilidade e transparência é ainda uma dificuldade (Searcy et al., 2016). No entanto, os objetivos do presente estudo poderão contribuir tanto a nível mundial como a nível europeu e incitar novos caminhos de ação às diferentes partes interessadas.

O estudo empírico da qualidade das divulgações exige um método adequado para a sua medição. Tal como Tsalis et al. (2018), de forma a contornar a subjetividade associada à quantificação da qualidade, será utilizado um método de pontuação objetivo que associa maior qualidade às informações quantitativas do que às qualitativas. Em suma, tendo em conta o enunciado, o presente capítulo descreve o procedimento metodológico, as hipóteses de investigação, o modelo empírico e as descrições das variáveis em estudo.

4.2. Hipóteses de investigação

A variação considerável do tipo de informação apresentada e da qualidade das divulgações poderá ser explicada por alguns fatores comuns que influenciam as práticas de divulgação das empresas (Brammer & Pavelin, 2008). Com o objetivo de dar resposta à segunda questão de investigação,³¹ serão formuladas as hipóteses que permitirão testar se de facto existe uma associação significativa entre a qualidade das divulgações de SST e os fatores que serão enunciados no presente subcapítulo.

Em particular, o fator região, onde a empresa emitente do relatório se insere, pode levar a diferenças que têm impacto na qualidade das divulgações de RSE. Tal pode ser explicado pela teoria institucional e das partes interessadas que destacam a existência de parâmetros, regionais e específicos,³² com impacto nas práticas de elaboração dos relatórios de sustentabilidade (Brammer & Pavelin, 2004; Ehnert, Parsa, Roper, Wagner, & Muller-Camen, 2016; Newson & Deegan, 2002). Este facto conduz à seguinte hipótese de investigação:

H1. A qualidade das divulgações de SST difere de acordo com a região da Europa onde as empresas se inserem.

Tal como evidenciado por alguns autores, é esperado que a característica relativa ao tamanho da empresa esteja associada às suas práticas de divulgação de informação. Sustenta-se que uma entidade de maior dimensão tem subjacente maior exposição ao público e, portanto, será mais suscetível de considerar as atividades de responsabilidade social como uma forma de reforçar a sua reputação e imagem positiva (e.g., Brammer & Pavelin, 2008; Branco & Rodrigues, 2008; Eng & Mak, 2003). Sustenta-se também que a estas entidades está associado um maior impacto social e ambiental assim como mais recursos para investir nas divulgações não financeiras do que no caso das empresas de menor dimensão (e.g., Lopes & Rodrigues, 2007). Em termos de qualidade, Fernandez-Feijoo et al. (2014a) referem que a literatura é inconclusiva quanto às diferenças entre a qualidade das PME face às de maior dimensão. No entanto, em resultado destes argumentos é formulada a seguinte hipótese de investigação:

H2. As PME tendem a apresentar menor qualidade nas suas divulgações de SST do que as empresas de maior dimensão.

³¹ A primeira questão de investigação será discutida no subcapítulo 5.3.

³² Nomeadamente, sistemas de governo das empresas, requisitos legais, características culturais e sociais, entre outros.

A literatura sugere o setor como outro fator explicativo que pode estar associado à qualidade das divulgações, havendo em cada setor uma pressão contínua para que as empresas satisfaçam as expectativas das partes interessadas perante o impacto da sua atividade na sustentabilidade da sociedade (Tsalis et al., 2018). Esta pressão varia entre os setores, em consonância com o impacto ambiental e social associado à respetiva orientação das suas operações (Brammer & Pavelin, 2004). A este facto está associado um impacto positivo na quantidade e qualidade das divulgações dos relatórios de sustentabilidade (O'Neill et al., 2016). Roca e Searcy (2012) concluíram que setores associados a alto risco e, por sua vez, com elevada pressão social e regulamentar, tais como a indústria mineira, a de construção, a de petróleo e gás, fornecem mais e melhores informações de SST do que o setor financeiro. Cahaya, Porter, Tower, e Brown (2017) definem o setor de alto e baixo risco especificamente para a SST, enfatizando que as empresas pertencentes a setores de alto risco têm maior risco de doenças e acidentes de trabalho. Assim, é formulada a seguinte hipótese de investigação:

H3. As empresas que pertencem a setores de alto risco tendem a apresentar maior qualidade nas suas divulgações de SST do que as de baixo risco.

Também o fator empresa multinacional pode ser passível de explicar a qualidade das divulgações de RSE. Estas empresas operam em vários países com diferentes regimes políticos e legislativos sendo alvo de um maior número de regulações e regras, uma maior complexidade da sua estrutura organizacional e uma dependência de aprovação de um número mais abrangente e diversificado de partes interessadas. Assim, as multinacionais tendem a fornecer informações mais detalhadas através dos seus relatórios de sustentabilidade de forma a atender à diversidade das suas partes interessadas (Newson & Deegan, 2002). Meek, Roberts, e Gray (1995) examinaram fatores que influenciam a divulgação voluntária de informação não financeira e financeira contida nos relatórios anuais das multinacionais dos EUA, Reino Unido e Europa Continental. Os mesmos autores concluem que empresas integrantes em mercados internacionais tendem a divulgar significativamente mais informação voluntária do que as empresas apenas em mercados domésticos. Cahaya et al. (2017) demonstram que a propensão para divulgar informações sobre SST é explicada pelo facto de a empresa ser multinacional. Estes argumentos fundamentam a seguinte hipótese:

H4. As empresas multinacionais tendem a apresentar maior qualidade nas suas divulgações de SST do que as que não são multinacionais.

Outro aspeto passível de estar relacionado com a divulgação de informações não financeiras é o facto de a empresa estar cotada na bolsa de valores. Tal como referem Fama e Jensen (1983), em empresas cotadas o conflito entre a propriedade e a gestão é maior do que em empresas não cotadas,³³ o que conduz à hipótese de que a divulgação de informações será maior no primeiro grupo de entidades como forma de mitigar a assimetria de informação e possibilitar uma maior monitorização. Existe evidência na literatura que sustenta o facto de as empresas cotadas em bolsa apresentarem níveis mais elevados de divulgação de RSE (e.g., Eng & Mak, 2003; Lopes & Rodrigues, 2007; Meek et al., 1995). Assim, com base na literatura existente formulamos a seguinte hipótese de investigação:

H5. As empresas cotadas tendem a apresentar maior qualidade nas suas divulgações de SST do que as que não são cotadas.

A literatura sugere que determinantes como as certificações de RSE são considerados mecanismos de credibilidade e poderão ter impacto na qualidade das divulgações de informação não financeira (Fernandez-Feijoo et al., 2014a). Os autores Monteiro e Guzmán (2010) sugerem que a certificação ao nível ambiental pode ter um impacto positivo, no mínimo, na qualidade da divulgação desta dimensão específica, o que conduz Tsalis et al. (2018) a indicar que este facto pode significar que as empresas com a certificação no sistema de gestão de SST OHSAS 18001, terão melhor qualidade nas divulgações sobre questões de SST. Portanto, de forma a avaliar se o nível de divulgação da SST é afetado pela certificação nessa matéria formula-se a seguinte hipótese de investigação:

H6. As empresas que são certificadas num sistema de gestão de SST tendem a apresentar maior qualidade nas suas divulgações de SST do que as que não detêm a certificação.

Por fim, outro determinante passível de impactar a qualidade das divulgações é a obtenção de garantia externa nos relatórios de sustentabilidade (Tsalis et al., 2018). Inclusive, Fernandez-Feijoo, Romero, e Ruiz (2012) e Fonseca (2010) indicam que a presença da garantia externa poderá ter efeitos relacionados com uma maior qualidade das divulgações e Fernandez-Feijoo et al. (2014b) associam que a inclusão deste fator está associado a relatórios

³³ A liquidez dos seus investidores e as relações de controlo entre a propriedade e a gestão são ambos fatores diferenciadores entre as empresas cotadas e não cotadas (Boot, Milbourn, & Schmeits, 2005).

mais transparentes e credíveis para com as partes interessadas. Estes argumentos fundamentam a seguinte hipótese:

H7. As empresas que detêm garantia externa nos relatórios de sustentabilidade tendem a apresentar maior qualidade nas suas divulgações de SST face às que não a detêm.

As hipóteses são baseadas em informações sobre características das empresas, que tal como descrito, poderão influenciar o seu comportamento face à SST, com base nas suas práticas de divulgação. No mesmo sentido, os resultados serão de utilidade na estipulação de algumas implicações regulamentares e de decisões estratégicas de gestão relacionadas com a SST.

4.3. Modelo empírico

De forma a analisar as hipóteses propostas anteriormente, foi elaborado um modelo baseado principalmente em estudos como o de Tsalis et al. (2018), o de Cahaya et al. (2017) e o de Brammer e Pavelin (2004). Assim, com o objetivo de identificar quais os fatores que influenciam significativamente a qualidade da divulgação de informação de SST das empresas, foi realizada uma análise multivariada através do seguinte modelo (1):

$$(1): IQ_i = \beta_0 + \beta_1 PME_i + \beta_2 SETOR_i + \beta_3 MULTINACIONAL_i + \beta_4 COTADA_i + \beta_5 SISTEMA_GESTÃO_SST_i + \beta_6 GARANTIA_i + \beta_7 X_i + \beta_8 ROA_i + \varepsilon_i$$

onde: IQ_i representa o índice de qualidade das divulgações de SST da empresa i ; PME_i representa a dimensão pequena e média da empresa i ; $MULTINACIONAL_i$ representa o carácter multinacional da empresa i ; $SETOR_i$ representa o nível de risco do setor da empresa i ; $COTADA_i$ representa a presença da empresa i na bolsa de valores; $SISTEMA_GESTÃO_SST_i$ representa a certificação no sistema de gestão de SST da empresa i ; $GARANTIA_i$ representa a presença de garantia externa no relatório da empresa i ; ROA_i representa uma variável de controlo relativa à rentabilidade da empresa i ; X_i representa um conjunto de variáveis *dummy* para a região da empresa i ; ε_i é o termo de perturbação aleatório que se supõe independente e identicamente distribuído e $\beta_1, \beta_2, \beta_3, \beta_4, \beta_5, \beta_6$ e β_7 são os coeficientes que irão permitir avaliar, respetivamente, H2, H3, H4, H5, H6, H7 e H1.

4.4. Variável dependente

Tal como consta no modelo (1), o presente estudo utiliza uma variável dependente que permita avaliar a qualidade da informação de SST divulgada nos relatórios de sustentabilidade. Esta variável dependente consiste num índice de qualidade de SST e será construída manualmente não só com base nas diretrizes GRI, já mencionadas na revisão de literatura, como também utilizando o método de análise de conteúdo. Este método é vastamente utilizado em estudos que analisam a divulgação de responsabilidade social nos relatórios das empresas.

Em síntese, para avaliar a multidimensionalidade, a abrangência e a qualidade das divulgações de SST, foi posta em prática uma abordagem de análise quantitativa (Skouloudis et al., 2014). Tal como referido por Riffe, Lacy, Fico, e Watson (2014) a análise quantitativa de conteúdo consiste na atribuição de “valores numéricos de acordo com regras de medição válidas e na análise das relações envolvendo esses valores usando métodos estatísticos, para descrever a comunicação, desenhar inferências sobre o seu significado, ou inferir desde a sua comunicação ao seu contexto”³⁴ (p. 19). Assim, os sistemas de pontuações associados a este método fornecem uma técnica para transformar as informações numa escala numérica padrão. Os autores Nikolaou e Tsalis (2013) sustentam que uma das principais vantagens deste método é o seu contributo informativo que permite ponderar sobre o desenvolvimento sustentável de uma empresa, ou de um conjunto de empresas, operando em setores semelhantes ou diferentes.

De realçar que, para o efeito da análise de conteúdo, existem diversas técnicas consoante os objetivos das pesquisas. São usualmente utilizadas técnicas relativas à codificação da presença ou ausência de informação que conduzem a conclusões em termos da completude dos relatórios de sustentabilidade. São também utilizadas técnicas que visam medir a qualidade de cada divulgação de RSE, em que se classifica com maior profundidade o cariz do conteúdo informativo de cada um desses itens³⁵ (Nikolaou & Tsalis, 2013; Skouloudis, Evangelinos, & Kourmousis, 2009).

³⁴ Tradução livre, no original: “numeric values according to valid measurement rules, and the analysis of relationships involving those values using statistical methods, to describe the communication, draw inferences about its meaning, or infer from the communication to its context”.

³⁵ Nikolaou e Tsalis (2013) defendem que algumas das técnicas implementadas de medida da qualidade podem ser pouco claras e induzir na possibilidade de que autores diferentes atribuam pontuações diferentes a uma mesma divulgação de um indicador.

4.4.1. Sistema de pontuação

Dado o exposto, para atribuir os valores numéricos às práticas de divulgação relativas à SST é necessário definir a escala de pontuação a aplicar aos relatórios de sustentabilidade. Em linha com o objetivo do estudo, a análise é baseada na diretriz GRI 403: SST 2018, a qual consagra dez indicadores a serem divulgados que serão utilizados como lista de verificação do índice de qualidade. Os indicadores, já apresentados na tabela 2, e as suas subpartes estão detalhados no anexo A.

À semelhança de Tsalis et al. (2018), será avaliada a qualidade da informação de SST através de um sistema de pontuação de 4 níveis para cada um dos indicadores, procedimento este que inclui foco entre dados qualitativos e quantitativos, tal como apresentado na tabela 5.³⁶

Tabela 5 - Escala de pontuação de 4 níveis

Pontuação	Qualidade da informação	Descrição para o indicador em análise
0	Inexistente	Não é mencionada informação relevante
1	Baixa	É mencionada informação relevante qualitativa
2	Média	É mencionada informação relevante quantitativa
3	Alta	É mencionada informação relevante quantitativa passível de avaliar o progresso do desempenho do indicador

Fonte: (Tsalis et al., 2018, p. 318).

Tsalis et al. (2018) esclarecem a diferença entre o nível 2 e o nível 3 do sistema de pontuação da seguinte forma: São atribuídos 2 pontos no caso em que é fornecida informação quantitativa que não está a ser usada em comparação com o desempenho do indicador no ano anterior; São atribuídos 3 pontos quando a informação quantitativa é exposta de forma a indicar quantitativamente o melhor ou pior desempenho do devido indicador de SST, face a outros anos.

Aerts, Cormier, e Magnan (2006) referem que a informação quantitativa detém maior relevância e utilidade do que a informação qualitativa. Similarmente, na ótica de Clarkson, Li, Richardson, e Vasvari (2008), a informação quantitativa é mais objetiva, informativa, verificável e credível para as partes interessadas do que a informação qualitativa (Cho & Patten, 2007; Cormier & Magnan, 1999; Hutton, Miller, & Skinner, 2003). Assim, neste estudo, a distinção entre informação divulgada de forma qualitativa e de forma quantitativa é utilizada como medida da qualidade da informação.

³⁶ As pontuações da qualidade do indicador em 1, 2 ou 3 são atribuídas se forem divulgadas qualquer uma das suas subpartes, apresentadas no anexo A, 0 é atribuído caso não seja divulgado o indicador, tal opção também foi exercida por Cahaya et al. (2017).

4.4.2. Índice de qualidade

Após identificado o sistema de pontuações e medido o nível de qualidade de cada categoria, será calculada a sua soma com o objetivo de obter a pontuação total das respectivas informações de SST.

A pontuação total da qualidade da divulgação é calculada como a soma não ponderada das pontuações de cada item, ou seja, sob o pressuposto de que todos os itens foram considerados igualmente relevantes para todas as empresas (Oliveira, Rodrigues, & Craig, 2010). Da mesma forma Cooke e Wallace (1989, p. 182) sugerem que os índices não ponderados são um instrumento de investigação apropriado em estudos de divulgação quando o foco da investigação é "dirigido a todos os utilizadores de relatórios anuais e não às necessidades de informação de qualquer grupo específico de utilizadores".³⁷ Um índice não ponderado é considerado apropriado, pois por um lado o presente estudo não é dirigido a um único grupo de utilizadores e, por outro lado, considera-se que apesar do pressuposto de que todos os itens são igualmente relevantes poder não ser realista, o viés resultante é menor que o resultante da atribuição de pesos subjetivos aos diferentes itens (Lopes & Rodrigues, 2007). A pontuação total do índice de qualidade (IQ) das divulgações de SST para uma empresa foi calculada da seguinte forma:

$$(2): IQ = \sum_{i=1}^{10} GRI\ 403_i$$

onde: i é o número dos indicadores de SST divulgados.

Assim, o total poderá estar compreendido entre 0 e 30. Quanto maior a pontuação, melhor será a qualidade da divulgação da SST e melhor será a responsabilidade e transparência da empresa perante as partes interessadas na saúde e segurança dos trabalhadores.

4.5. Variáveis independentes e de controlo

Na seguinte tabela é apresentada a caracterização detalhada de todas as variáveis explicativas e de controlo que constituem o modelo previamente apresentado e que permitirão avaliar as hipóteses de investigação. Inclusive, são especificadas, nomeadamente, o nome de cada variável, a sua descrição e medida, assim como alguma literatura precedente no seu uso.

³⁷ Tradução livre, no original: "directed at all users of corporate annual reports rather than the information needs of any specific user group."

Tabela 6 - Especificidades das variáveis

Nome	Descrição	Literatura precedente
SETOR	Variável que toma o valor 1 caso a empresa <i>i</i> pertença ao setor de alto risco e o valor 0 caso contrário;	(Brammer & Pavelin, 2004; Cahaya et al., 2017; Roca & Searcy, 2012; Tsalis et al., 2018)
SISTEMA GESTÃO SST	Variável que toma o valor 1 caso a empresa <i>i</i> detenha a certificação no sistema de gestão OHSAS 18001 ou ISO 45001 e o valor 0 no caso contrário;	(Fernandez-Feijoo et al., 2014a; Monteiro & Guzmán, 2010; Tsalis et al., 2018)
MNE	Variável que toma o valor 1 caso a empresa <i>i</i> seja multinacional e o valor 0 no caso contrário;	(Meek et al., 1995; Newson & Deegan, 2002)
COTADA	Variável que toma o valor 1 caso a empresa <i>i</i> seja cotada na bolsa de valores e 0 no caso contrário;	(Eng & Mak, 2003; Lopes & Rodrigues, 2007; Meek et al., 1995)
PME	Variável que toma o valor 1 caso a empresa <i>i</i> seja uma pequena e média empresa e o valor 0 no caso contrário;	(Brammer & Pavelin, 2008; Eng & Mak, 2003; Lopes & Rodrigues, 2007).
GARANTIA	Variável que toma o valor 1 caso o relatório da empresa <i>i</i> detenha garantia externa e o valor 0 no caso contrário;	(Fernandez-Feijoo et al., 2012, 2014b; Fonseca, 2010; Tsalis et al., 2018)
ROA	Variável de controlo relativa ao rácio do resultado líquido sob o ativo, ou seja, à rentabilidade do ativo da empresa <i>i</i> .	(Brammer & Pavelin, 2008; Branco & Rodrigues, 2008; Cahaya et al., 2017; Evangelinos et al., 2018)

Fonte: Elaboração própria

Tal como já referido, o foco do presente estudo será em dados que são divulgados de acordo com as diretrizes da GRI, consideradas centrais nas divulgações de sustentabilidade (Brown, de Jong, & Levy, 2009; Fernandez-Feijoo et al., 2014b; Nikolaeva & Bicho, 2011). Todas as referidas variáveis, à exceção da variável de controlo, a ROA, foram recolhidas manualmente da base de dados da GRI, a variável de controlo foi recolhida da base de dados Orbis.

Para o efeito de construção da variável “setor”, os setores³⁸ foram classificados em dois grupos, alto risco e baixo risco. Quanto ao grupo de alto risco, em linha com Nurhayati (2005) e Cahaya et al. (2012), a amostra compreende setores como agricultura, construção, metais industriais, retalho, logística, serviços e equipamentos de cuidados de saúde, química, retalho de medicamentos, construção e materiais, têxteis e vestuário, alimentos e bebidas, imóveis, energia e gás natural. Os restantes setores da amostra são considerados de baixo risco. Ainda, a base de dados da GRI destaca que a classificação das organizações como PME é realizada com base nas regulações locais sendo que na ausência das mesmas aplica a definição da UE, o mesmo se verifica quanto às grandes empresas e às multinacionais.³⁹

³⁸ A amostra contém 28 setores de um total dos 38 listados na base de dados da GRI.

³⁹ Para informações mais detalhadas ver <https://www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/GRI-Data-Legend-Sustainability-Disclosure-Database-Profiling.pdf>

5. Análise empírica

No presente capítulo aborda-se a constituição da amostra, as suas estatísticas descritivas e apresenta-se e discute-se os resultados que permitirão responder às questões de investigação.

5.1. Seleção e constituição da amostra

A seleção da amostra teve em conta que a determinação das diferentes práticas de divulgação numa amostra multipaís permite a obtenção de resultados mais ricos (Lopes & Rodrigues, 2007). A amostra é constituída por empresas apresentadas, à data de pesquisa,⁴⁰ na base de dados oficiais da GRI,⁴¹ que cumprissem os seguintes critérios: pertencer à Europa; os relatórios⁴² serem referentes ao ano de 2018; as divulgações dos aspetos de SST serem de acordo com a recente GRI 403: SST 2018. Foi possível filtrar diretamente os dois primeiros critérios e posteriormente proceder à exclusão manual de todas as empresas que divulgam versões anteriores da diretriz GRI de SST. Após estes procedimentos a amostra consiste em 101 empresas, apresentadas no anexo B, pertencentes a 19 países da UE.

Ramos e Patrício (2018) salientam que o tema da SST tem incitado interesse ao nível europeu. Inclusive, a UE implementa uma estratégia comunitária para a SST que engloba as análises, tendências e implicações sobre as estratégias nacionais de cada Estado-membro, possibilitando parcerias entre “governos, organizações de trabalhadores e de empregados e outros intervenientes, tais como a comunidade científica, associações de profissionais da SST e instituições de ensino e de formação” (Ramos & Patrício, 2018, p. 256).

Assim, a região será controlada de forma a permitir investigar os possíveis efeitos da área, onde as empresas emitentes estão estabelecidas, sobre o nível de qualidade das divulgações de SST, à semelhança de Stranieri, Orsi, Banterle, e Ricci (2019). Especificamente, a distribuição geográfica dos países das empresas da amostra, por região, está detalhada na tabela 7 em que 10% da amostra está localizada na Europa Central e Oriental, 20% no Norte da Europa, 39% no Sul da Europa, e 32% na Europa Ocidental.⁴³

⁴⁰ A amostra foi retirada da base de dados em fevereiro de 2020.

⁴¹ *Sustainability Disclosure Database* (disponível em <http://database.globalreporting.org>).

⁴² São analisados relatórios de sustentabilidade e relatórios integrados.

⁴³ Para cada região são incluídos os países de acordo com o estipulado pelo EuroVoc, organismo do Serviço de Publicações da União Europeia, que contém definições de termos para uso oficial, tal como consta em <https://op.europa.eu/en/web/eu-vocabularies/th-concept-scheme/-/resource/eurovoc/100277?target=Browse>

Tabela 7 - Países das empresas da amostra por região

Região da Europa	País	Número de empresas
Central e Oriental	Croácia,	2
	República Checa	1
	Hungria	3
	Polónia	2
	Roménia	2
Norte	Dinamarca	3
	Finlândia	3
	Letónia	1
	Suécia	13
Sul	Chipre	1
	Espanha	13
	Grécia	4
	Itália	18
	Portugal	3
Occidental	Alemanha	13
	Áustria	6
	Bélgica	5
	França	3
	Países Baixos	5

5.2. Análise descritiva da amostra

Antes de seguir para a análise da qualidade dos indicadores divulgados e da regressão na qual estão baseadas as hipóteses de investigação, apresenta-se, nas tabelas 8 e 9, estatísticas descritivas e características globais das variáveis.

Tabela 8 - Estatísticas descritivas

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Variável dependente				
Índice de qualidade (IQ)	2,000	22,000	12,158	3,939
Variável independente contínua				
ROA (%)	-11,052	26,987	4,004	5,764
Variável independente dicotómica				
SETOR	Sim	Não		
	54%	46%		
SISTEMA_GESTAO_SST	57%	43%		
MULTINACIONAL	36%	64%		
COTADA	51%	49%		
PME	14%	86%		
GARANTIA	56%	44%		

Na tabela 8 verifica-se que para o ano de análise, 2018, a empresa média apresenta um índice de qualidade de divulgação de SST de 12,158 pontos e uma rentabilidade do ativo de 4%.

Tabela 9 - Características globais da amostra

	Região da Europa				
	Central e Oriental	Norte	Sul	Ocidental	Total
Número de países	5	4	5	5	19
Número de empresas	10	20	39	32	101
Tamanho das empresas					
PME	0	3	10	20	14
Grande	6	8	17	1	51
Multinacional	4	9	12	11	36
Tipo de empresa					
Cotada	3	10	15	24	52
Não cotada	7	10	24	8	49
Setor					
Alto risco	8	10	19	18	55
Baixo risco	2	10	20	14	46
Garantia					
Sim	3	12	23	19	57
Não	7	8	16	13	44
Sistema de gestão de SST ⁴⁴					
Sim	5	7	27	19	58
Não	5	13	12	13	43

Quanto ao apresentado na tabela 9 verifica-se alguma diversidade em termos da região e de país, o que poderá possibilitar a generalização dos resultados e permitirá testar se a região é um fator impactante nas práticas de divulgação de SST adotadas pelas empresas.

A análise descritiva permite, de forma introdutória, ilustrar a distribuição dos dados. No entanto, uma análise mais aprofundada possibilitará concluir quanto às hipóteses enunciadas, o que será realizado nos seguintes subcapítulos.

⁴⁴ Das 58 empresas certificadas num sistema de gestão de SST, 5 são certificadas na ISO 45001, sendo as restantes 53 certificadas na OHSAS 18001.

5.3. Análise dos resultados da qualidade das divulgações de SST

De seguida, serão apresentados na tabela 10 os resultados provenientes da pontuação das divulgações de SST, o que permitirá responder à primeira questão de investigação.

Tabela 10 - Resultados das pontuações quanto ao tipo de informação divulgada

Indicador	Média	Referência aos indicadores (%)		Classificação em termos do tipo de informação divulgada (%)		
		Sem referência (nível 0)	Com referência	Qualitativo (nível 1)	Quantitativo (nível 2)	Quantitativo* (nível 3)
403-1	1,069	20	80	56	20	4
403-2	0,961	20	80	64	15	1
403-3	0,980	26	74	52	19	3
403-4	1,098	19	81	51	30	0
403-5	1,470	9	91	44	38	10
403-6	1,284	11	89	52	33	4
403-7	0,745	31	69	64	4	1
403-8	0,814	51	49	17	30	2
403-9	2,500	9	91	2	17	72
403-10	1,118	53	47	4	19	24

Verificou-se que, à exceção dos 403-8 e 403-10, cada indicador de SST é referenciado pela maioria dos relatórios em análise. Relativamente ao 403-8, mais de metade, cerca de 51% dos relatórios não fornecem informações sobre questões relativas aos trabalhadores abrangidos pelo sistema de gestão de SST. Quanto ao 403-10, os resultados indicam que 53% das empresas evita divulgar questões relativas às doenças relacionadas com o trabalho.

Observa-se, ainda, que a maior parte das empresas incluídas na amostra que referem informações sobre o 403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-6 e 403-7 divulgam estas informações principalmente de forma qualitativa, ou seja, sem analisar os resultados, ações e objetivos alcançados quantitativamente.

A pontuação média de cada indicador aponta para a mesma conclusão, de que a qualidade da informação divulgada de SST é maioritariamente qualitativa. Salienta-se também que um grande número de empresas que publicam informações quantitativas parecem não as fornecer de forma a serem comparáveis com os anos anteriores. No entanto, destaca-se o 403-9 pois as empresas em análise apresentam uma tendência elevada em divulgar esse indicador de forma a que seja comparável, ao longo dos anos, o progresso sobre números e taxas de acidentes e lesões relacionados com o trabalho.

5.4. Análise dos resultados de estimação

No presente subcapítulo serão apresentados os resultados provenientes da estimação do modelo de regressão referido no subcapítulo 4.3 que permitirão inferir sobre as hipóteses de H1 a H7 e, conseqüentemente, responder à questão de investigação 2.

5.4.1. Análise univariada

De forma a retirar algumas conclusões prévias quanto à hipótese 1 (H1), apresenta-se de seguida uma análise univariada entre o índice de qualidade das divulgações e as regiões.

Em primeira instância, para determinar se a qualidade da divulgação da SST é significativamente diferente entre as quatro regiões da Europa onde as empresas operam, foram realizados o teste ANOVA de um fator (tabela 11) e testes robustos (tabela 12). Segundo Fávero, Belfiore, Silva, e Chan (2009), o teste ANOVA de um fator permite verificar o efeito de uma variável explicativa de natureza qualitativa numa variável dependente de natureza quantitativa.

Inicialmente, foram verificados os pressupostos de normalidade para cada grupo e de homogeneidade de variâncias entre os grupos por meio dos testes de, respetivamente Shapiro-Wilk e Levene. Como o nível de significância observado, através do teste de normalidade, é superior a 5% concluiu-se que os dados aparentam seguir uma distribuição normal. O teste de homogeneidade de variâncias tal como demonstrado na tabela 11 permite concluir que, para o nível de significância de 5%, as variâncias entre os grupos aparentam ser homogêneas. Como os pressupostos⁴⁵ são respeitados, passa-se à aplicação técnica.

Tabela 11 - Resultados do teste ANOVA

		F
Teste de Levene para homogeneidade de variâncias		0,699
ANOVA teste dos efeitos entre grupos		2,800**
Comparação múltipla (Teste de Tukey)		Diferenças médias
Europa Ocidental	Europa Central e Oriental	0,200
	Sul da Europa	-2,436**
	Norte da Europa	-1,200
Sul da Europa	Europa Central e Oriental	2,636
	Norte da Europa	1,236
Norte da Europa	Europa Central e Oriental	1,400
Se p-value $\leq 0,01$, o coeficiente é significativo a 1% ou menos e assinala-se com ***; se p-value $\leq 0,05$, o coeficiente é significativo a 5% ou menos e assinala-se com **; se p-value $\leq 0,10$, o coeficiente é significativo a 10% ou menos e assinala-se com *.		

⁴⁵ Ver, por exemplo, Fávero e Belfiore (2017).

De notar que esta é uma análise univariada, ou seja, tem em ótica que toda a variabilidade observada quando ao índice de qualidade das divulgações se deve exclusivamente ao facto de pertencer a uma região específica.

Os resultados apresentados na tabela 11 permitem concluir, ao nível de significância de 5%, que pelo menos uma das médias populacionais é diferente das demais, implicando diferenças significativas e relevantes na qualidade da divulgação de SST entre as 4 regiões da Europa.

Mais detalhadamente, a análise de Tukey demonstra que as diferenças médias foram estatisticamente significativas apenas entre as regiões da Europa Ocidental e Sul da Europa. Os resultados indicam que as empresas do Sul da Europa divulgam os indicadores de SST com uma qualidade superior em 2,436 pontos à das empresas que operam na Europa Ocidental.

Complementarmente, os valores dos testes robustos apresentados na tabela 12, apontam para conclusões semelhantes. Para um nível de significância de 5%, o Sul da Europa demonstra ter comportamentos diferentes quanto à qualidade das divulgações das restantes regiões, numericamente há uma diferença nas suas medianas.

Tabela 12 - Teste de igualdade das medianas do IQ

Regiões da Europa	Wilcoxon/Mann-Whitney	Med. Chi-square
Central e Oriental	1,057	2,709*
Norte	0,210	0,075
Sul	2,493**	5,348**
Ocidental	2,169**	2,498

*, **, *** = p-value < 0,10; 0,05 e 0,01.

Esta análise preliminar pretendeu responder à hipótese H1 apenas tendo em conta a relação entre duas variáveis, concluindo-se que o fator região tem capacidade explicativa sobre o índice de qualidade das divulgações. No entanto, uma vez que o comportamento da qualidade das divulgações de SST pode depender de mais informações iremos então passar para uma análise mais aprofundada através da regressão múltipla.

5.4.2. Validação dos pressupostos do modelo de regressão linear múltipla

Tendo em vista o cumprimento dos pressupostos das regressões lineares múltiplas, previamente à análise dos resultados de estimação do modelo (1) apresentados na secção 5.5.3., são realizados vários testes de diagnóstico. De modo a garantir que os resultados da regressão múltipla fornecem conclusões válidas e uma vez que as propriedades dos estimadores OLS dependem da verificação das hipóteses clássicas, de seguida são discutidos testes de multicolinearidade, de heteroscedasticidade e será averiguada a hipótese da normalidade.

O modelo de regressão linear múltipla pressupõe que as variáveis explicativas sejam linearmente independentes, ou seja, que não se verifique multicolinearidade. Para tal foram observados os valores do fator de inflação de variância (VIF), onde se verificou que o valor máximo do VIF de 2,608 está abaixo do valor crítico de 10 pelo que o modelo parece não ter problemas de multicolinearidade.

Para testar se a variância das perturbações aleatórias é constante, finita e positiva, ou seja, para testar a hipótese da homoscedasticidade, é realizado o teste de White (White, 1980). A estatística do teste de qui-quadrado (estatística: 36,409; p-value: 0,133) uma vez que não é significativa a um nível de 5%, não permite rejeitar a hipótese nula. Assim, como a não rejeição da hipótese nula deste teste indica o cumprimento do pressuposto clássico, conclui-se que existe evidência estatística suficiente para considerar que os termos de perturbação são homoscedásticos. No entanto, dado o valor do p-value ser relativamente baixo e dada a elevada dimensão da amostra, serão efetuados procedimentos corretivos de forma a constatar eventuais diferenças.

Finalmente, foi realizado o teste Jarque-Bera (Jarque & Bera, 1987), para a deteção de normalidade na distribuição das perturbações, cujos resultados (estatística: 0,224; p-value: 0,894) não permitem rejeitar a hipótese nula de que a distribuição é normal. Assim, pode-se concluir que se verifica o pressuposto da normalidade.

Em suma, os resultados dos testes de diagnóstico apresentados apontam para um modelo adequadamente especificado, sem evidência de multicolinearidade, heteroscedasticidade e que segue uma distribuição normal. Como tal, dado que o modelo apresenta suficiente qualidade estatística, reúnem-se as condições para prosseguir na apresentação e interpretação das estimativas dos coeficientes.

5.4.3. Resultados da estimação do modelo (1)

Os resultados de estimação do modelo encontram-se inscritos na tabela 13, onde a significância individual das variáveis é dada pelo valor de probabilidade, o p-value. Na parte superior da tabela 13, na sua primeira coluna, apresentam-se a constante (C) e os nomes das variáveis explicativas que integram o modelo. Nas colunas seguintes, inscrevem-se as estimativas dos coeficientes das variáveis explicativas, as respectivas estatísticas-t e p-value. Na parte inferior da Tabela 13, encontram-se as medidas de qualidade do ajustamento, tal como o coeficiente R^2 e o R^2 ajustado.

Tabela 13 - Resultados de estimação do modelo (1)

Variáveis	Coeficiente de regressão
C	8,302 (7,605)***
SISTEMA_GESTAO_SST	3,223 (4,391)***
PME	1,578 (1,353)
SETOR	0,860 (1,210)
MULTINACIONAL	0,531 (0,682)
COTADA	-0,333 (-0,419)
GARANTIA	1,267 (1,708)*
ROA	-0,125 (-1,985)**
CENTR_ORIENTAL	0,731 (0,557)
NORTE	2,278 (2,177)**
SUL	1,859 (2,096)**
R^2	0,310
R^2 ajustado	0,233
Estatística F	4,035***
N	101
Os valores entre parênteses correspondem à estatística-t. *, **, *** = p-value < 0,10; 0,05 e 0,01.	

O valor da estatística F do modelo, enquanto teste de significância global, é significativo, sugerindo que as variáveis independentes consideradas, quando tomadas em conjunto, explicam a qualidade total das divulgações de SST e as suas categorias consideradas individualmente.⁴⁶

Os resultados de estimação do modelo (1) serão doravante analisados admitindo o pressuposto *ceteris paribus* para todas as interpretações e adotando como referência o nível de significância de 5%.

Com base na informação disponível, sendo significativa a 5% e também a 1%, existe evidência estatística suficiente para se concluir que a variável representativa da certificação no sistema de gestão de SST é estatisticamente relevante na explicação da qualidade das

⁴⁶ No entanto, tal não significa que cada uma das variáveis independentes contribua para a explicação da variável dependente.

divulgações. Assim, as empresas certificadas no sistema de gestão de SST aparentam publicar informações mais precisas e transparentes sobre questões de SST. Concretamente, em média, as empresas certificadas nesta matéria apresentam maior qualidade nas divulgações de SST com uma pontuação superior em cerca de 3 pontos sobre a qualidade das divulgações das empresas não certificadas.

Quanto à variável relativa à presença de garantia externa nos relatórios, de notar que não sendo significativa ao nível de referência adotado, é significativa para o nível de significância de 10% pelo que, para esse nível, a variável contribui significativamente para a explicação do comportamento da qualidade das divulgações de SST. Na mesma ótica, tal significa que, em média, as empresas que apresentam relatórios com garantia externa aparentam divulgar os indicadores de SST com maior qualidade com uma pontuação superior em cerca de 1,5 pontos sobre a qualidade das divulgações das empresas que não têm a garantia externa.

A variável representativa da região Norte da Europa é relevante na explicação da qualidade das divulgações de SST, sendo que os valores indicam que as empresas emittentes dessa região divulgam com uma qualidade superior em 2,268 pontos face às empresas da Europa Ocidental. Relativamente à variável representativa da região Sul da Europa verifica-se evidência estatística suficiente para a considerar como significativa. Concretamente, empresas emittentes de divulgações de SST nessa região divulgam com uma qualidade superior em 1,859 pontos face às empresas da Europa Ocidental.

No que respeita à variável de controlo, com base no nível de significância adotado, pode concluir-se pela existência de evidência estatística suficiente para a considerar como estatisticamente significativa. Mais concretamente, a estimativa do seu coeficiente indica que quando a rendibilidade do ativo das empresas aumenta um ponto percentual estima-se um índice de qualidade das divulgações de SST inferior em -0,125.

As restantes variáveis, nomeadamente, pequena e média empresa, setor, multinacional, cotação e região Europa Central e Oriental não se verificam estatisticamente significativas. Assim, dada a não verificação das hipóteses H3, H4, H5 e H6 para completar a presente análise, ao modelo completo retiraram-se progressivamente as variáveis com o p-value mais elevado, tendo resultado no modelo final conforme apresentado na tabela 14.

Tabela 14 - Resultados de estimação do modelo (1) simplificado

Variáveis	Coefficiente de regressão
C	9,905 (14,032)***
SISTEMA_GESTAO_SST	3,120 (4,423)***
PME	2,278 (2,184)**
GARANTIA	1,385 (1,936)*
ROA	-0,128 (-2,033)**
R ²	0,241
R ² ajustado	0,209
Estatística F	7,615***
N	101
Os valores entre parênteses correspondem à estatística-t. *, **, *** = p-value < 0,10; 0,05 e 0,01.	

O modelo final permite concluir que as variáveis revelam estabilidade, são significativas e têm os coeficientes corretos em concordância com o modelo inicial, à exceção da variável relativa à dimensão pequena e média da empresa (PME). Esta última passa a indicar ser estatisticamente relevante.

Numa ótica de enriquecimento da análise, tal como referido na secção 5.4.2., dada a variedade de países e dado o número de empresas em análise, embora a conclusão tenha sido pela homoscedasticidade, realizou-se a estimação também pela heteroscedasticidade,⁴⁷ quer para o modelo inicial, quer para o final, onde se constatarem resultados semelhantes. Adicionalmente, os valores da variável de controlo da rendibilidade foram também testados com o *return on equity* (ROE), onde essa variável não se verificou significativa e os resultados foram semelhantes.

⁴⁷ Estimação das regressões através do método HC.

5.5. Discussão dos resultados

De seguida, tendo em referência as principais conclusões da literatura, serão discutidos os resultados que permitem responder às questões de investigação estabelecidas.

5.5.1. Nível de qualidade - questão de investigação 1

Nesta secção serão discutidos resultados obtidos quanto ao nível de qualidade das informações de SST divulgadas pelas empresas.

Consistentemente com a literatura verifica-se uma maior ênfase e qualidade nas divulgações de indicadores de segurança, como o indicador 403-9. De acordo com o sustentado por Evangelinos et al. (2018) e Searcy et al. (2016) tal resultado poderá ser justificado pelo facto de a segurança ser uma questão alvo de mais intensa regulamentação.⁴⁸ Os resultados contribuem para a evidência de que as empresas continuam a demonstrar baixa orientação em divulgar dados quantitativos além dos indicadores de segurança, tais como as taxas de acidentes e de lesões profissionais.

A menor qualidade e referência da divulgação do indicador 403-10 face aos restantes, vai de encontro com o sustentado por Rushton (2017) e Searcy et al. (2016), que evidenciam uma sub-representação de questões não sujeitas a regulamentação, como as relativas à saúde e às doenças relacionadas com o trabalho. Em particular, este resultado poderá demonstrar a maior dificuldade em reportar doenças ocupacionais do que acidentes de trabalho profissionais (Rushton, 2017).

Quanto ao 403-2 relativo à identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes, a menor qualidade a si associada poderá ser interpretada de acordo com o descrito pela EU-OSHA (2019b), em que cerca de 80% das empresas europeias não procedem a avaliações de risco por considerarem que estes já são conhecidos ou por assumirem que não existem riscos. Segundo a mesma entidade, tais resultados poderão ser indicativos de uma elevada falta de sensibilização sobre os riscos do trabalho, o que poderá causar a menor qualidade das divulgações da amostra quanto ao indicador 403-2.

Em geral, verifica-se que o nível da qualidade das divulgações de SST por empresa é, em média, cerca de 12 pontos em 30. Estes resultados constituem uma primeira evidência em

⁴⁸ Inclusive, os dados da EU-OSHA (2019a) apontam para a mesma interpretação uma vez que 90% das empresas europeias inquiridas, indicam o cumprimento das obrigações legais como uma das principais razões pela qual abordam a SST.

termos do nível de qualidade das divulgações de SST de acordo com a GRI 403: SST 2018, realçando o notório espaço para a melhoria nas divulgações de SST para as empresas da UE.

5.5.2. Fatores que influenciam o nível de qualidade - questão de investigação 2

Nesta secção serão discutidos os resultados provenientes da estimação do modelo (1) identificando quais os fatores que influenciam o nível de qualidade das divulgações de SST.

Tabela 15 - Sinais esperados versus obtidos

Variável	Sinal esperado	Sinal obtido	Verificação da hipótese
REGIÃO	+	+	H1 verificada
SISTEMA_GESTAO_SST	+	+	H2 verificada
PME	-	+	H3 não verificada
SETOR	+	+	H4 não verificada
MULTINACIONAL	+	+	H5 não verificada
COTADA	+	-	H6 não verificada
GARANTIA	+	+	H7 verificada
ROA	+/-	-	—

Quanto à H1, no caso concreto da análise univariada, os resultados apontam para maior qualidade nas divulgações de SST das empresas do Sul da Europa face à das empresas da Europa Ocidental. O mesmo é suportado pelos resultados da estimação da regressão linear múltipla que adicionam evidência de um impacto positivo da região do Norte da Europa na qualidade nas divulgações de SST. A verificação da hipótese 1 permite concluir pela existência de diferenças relevantes na qualidade das divulgações de SST entre as 4 regiões da Europa. Estes resultados poderão ser explicados por diferenças culturais, regulamentares, sociais ou económicas, abrindo uma via de investigação para futuros estudos.

Em relação à hipótese 2, esta é verificada e suporta evidência consistente com os resultados de Tsalis et al. (2018), ou seja, de que a certificação num sistema de gestão de SST contribui significativamente para a melhoria da qualidade da informação divulgada. Este resultado é uma contribuição positiva para a robustez teórica, pois fortalece a importância do papel da certificação num sistema de gestão de SST, seja OHSAS 18001 ou ISO 45001, para as empresas da UE. Assim, empresas certificadas nesta matéria aparentam divulgar informações com maior qualidade, o que poderá ser indutor de algumas das vantagens⁴⁹ da adoção destes sistemas.

⁴⁹ Apresentadas por Mohammad, Khan, e Subramaniam (2015) e Santos et al. (2013), tais como os níveis superiores em eficácia de práticas de SST e, a melhoria nas condições de trabalho, no cumprimento da legislação e na comunicação interna sobre os riscos e perigos.

Na hipótese 3, apesar de ser esperado pela literatura que as empresas de maior dimensão teriam maior qualidade, não foi encontrada uma relação significativa no modelo completo. No entanto, estes resultados vão de encontro com os de Vormedal e Ruud (2009) onde não foi encontrada evidência de relação entre a dimensão da empresa e pontuações mais elevadas na qualidade das divulgações de sustentabilidade. Os resultados provenientes da estimação do modelo simplificado e do sinal obtido, também se verificam contrários ao esperado pela literatura. Em termos interpretativos estes valores poderão estar particularmente condicionados devido ao reduzido número de PME na amostra. De realçar que, segundo Fernandez-Feijoo et al. (2014a), o efeito da dimensão das empresas em estudos da qualidade das divulgações permanece sem sustentação teórica, dada a escassez de avaliações nesse contexto. Sucintamente, o valor obtido no modelo simplificado pode ser indicativo que os esforços e apoios da UE aplicados às PME, tais como os referidos pela European Commission (2017), estão a produzir resultados, permitindo que estas empresas aumentem o foco na comunicação em matéria de SST para com as partes interessadas.

Relativamente à hipótese 4, a variável “setor” não é significativa pelo que não se verifica a hipótese. Assim, contrariamente ao esperado, o risco da empresa face à SST não parece impactar a qualidade das suas divulgações. No entanto, o sinal obtido vai de encontro com o sustentado na literatura de que as empresas num setor de alto risco têm maior atenção às divulgações de SST (e.g., Cahaya et al., 2017; Roca & Searcy, 2012).

No que respeita à hipótese 5 esta não se verifica, indicando que o facto de a empresa ser multinacional não afeta o conteúdo e a qualidade das suas divulgações quanto à SST. Apesar de ir contra o esperado pela literatura de RSE, este resultado vai de encontro com os resultados de Tsalis et al. (2018), num estudo sobre as divulgações de SST, e com os de Skouloudis et al. (2014), num estudo focado nas divulgações de sustentabilidade, ambientais e de SST.

Quanto à hipótese 6, esta não é verificada uma vez que o fator cotação em bolsa não aparenta ser significativo. O sinal obtido, demonstrando uma relação negativa, vai contra a literatura sobre os fatores que afetam as divulgações de RSE. Fernandez-Feijoo et al. (2014a) demonstram que as empresas cotadas divulgam mais informação de responsabilidade social, mas com menor credibilidade, o que vai de encontro com a relação negativa evidenciada entre o presente índice de qualidade e a cotação das empresas. Os autores argumentam que

como as principais partes interessadas das empresas não cotadas não são os investidores, tal conduz a um maior foco na comunidade e nos trabalhadores.

Ao nível da hipótese 7 a presença de garantia externa nos relatórios revelou-se significativa a 10% pelo que, para este nível de significância, se verifica a hipótese. A relação positiva obtida vai de encontro com o esperado pela literatura (e.g., Fernandez-Feijoo et al., 2012, 2014b; Fonseca, 2010), no entanto, Tsalis et al. (2018) não evidenciaram significância neste fator. Especificamente na UE o presente resultado reforça que a detenção de garantia externa é um fator potenciador de qualidade, tornando-se uma mais-valia na tomada de decisão dessas empresas.

No que respeita à variável de controlo da rendibilidade do ativo, a sua significância na explicação da qualidade das divulgações de SST pode ser considerada como uma contribuição adicional do presente estudo. Esta variável, tal como Branco e Rodrigues (2008), foi testada sem qualquer assunção quanto ao sinal esperado.⁵⁰ Em termos interpretativos do sinal obtido, embora a relação negativa entre a rendibilidade do ativo e o índice de qualidade de SST não seja uma conclusão comum, esta vai de encontro com o sustentado por O'Neill et al. (2016). Estes autores argumentam que os esforços da gestão para atuar no interesse dos acionistas e maximizar o seu retorno podem induzir na tomada de riscos excessivos, em detrimento de outras partes interessadas como os trabalhadores.

⁵⁰ É referido que, do ponto de vista da teoria da legitimidade, a rentabilidade pode ser considerada tanto com uma relação positiva como negativa, enquanto do ponto de vista da teoria das partes interessadas se espera uma relação positiva (Branco & Rodrigues, 2008).

6. Conclusão

A saúde e segurança do trabalho constitui uma questão de direitos humanos com relevância incontornável ao nível da sociedade e das empresas, no entanto, tem recebido continuamente um foco reduzido que não faz justiça ao papel crítico que desempenha (Malan, 2017).

Este estudo tem dois principais objetivos. Em primeiro lugar visa analisar a atual qualidade das divulgações de SST apresentada pelas empresas da UE. Em segundo lugar, procura identificar quais as determinantes que influenciam esta qualidade, de entre fatores como, a região, o setor, o sistema de gestão de SST, a dimensão da empresa, a garantia externa, a cotação no mercado de capitais e a empresa ser multinacional. Para cumprir estes objetivos, foi necessário quantificar a qualidade das divulgações de SST através da análise de conteúdo, ou seja, atribuindo pontuação às divulgações relativas aos 10 indicadores da GRI 403: SST 2018, presentes nos 101 relatórios da amostra. O passo seguinte consistiu na análise dos fatores, cujo efeito na qualidade se pretende analisar, através dos procedimentos metodológicos. A discussão dos resultados tornou possível dar resposta às questões de investigação estipuladas de acordo com os objetivos.

A aplicação da análise de conteúdo permitiu a obtenção dos resultados quanto ao nível da qualidade das divulgações de SST das empresas, os quais realçam o notório espaço de melhoria que as empresas têm de preencher. Verificou-se que a maior parte das empresas referem as informações qualitativamente e, ainda, que não divulgam questões sobre as doenças relacionadas com o trabalho (indicador 403-10). Ao nível dos indicadores, o que apresenta menor qualidade diz respeito às abordagens de prevenção e de mitigação dos impactos negativos da SST (indicador 403-7), enquanto o que apresenta maior qualidade é relativo às lesões relacionadas com o trabalho (indicador 403-9). Estes resultados sugerem a necessidade de atenção internacional para o desenvolvimento de materiais de orientação que auxiliem as empresas a fornecer informação com qualidade, ou seja, comparável, precisa, fiável e relevante. Assim, será de extrema importância o aumento do atual nível da qualidade das divulgações de SST, de forma a fornecer às partes interessadas, externas e internas, uma imagem completa e transparente do desempenho em SST.

Quanto à escassa literatura sobre os fatores que afetam a qualidade da SST, os resultados contribuem para a sua robustez e adicionam algumas novas conclusões. Verifica-se que a qualidade das divulgações de SST é determinada por fatores como a região da Europa, a presença de um sistema de gestão de SST e a detenção de garantia externa nos relatórios.

Concretamente, os resultados acrescentam à literatura evidência de que no Norte da Europa as divulgações de SST apresentam maior nível de qualidade, seguindo-se, com quase o mesmo nível de qualidade, o Sul da Europa, enquanto que nas empresas da Europa Ocidental e Europa Central e Oriental o mesmo já não se verifica. Tal poderá indicar uma menor atenção para com as questões de SST das regiões da Europa Ocidental e da Europa Central e Oriental, o que demonstra a necessidade de maior foco dos reguladores nestas regiões.

As empresas certificadas no sistema de gestão de SST, seja OHSAS 18001 ou ISO 45001, aparentam publicar informações com maior qualidade sobre questões de SST face às que não são certificadas num desses sistemas. Este resultado fortalece a importância do papel da certificação num sistema de gestão de SST, principalmente ao nível da UE. Os resultados reforçam, ainda, que a detenção de garantia externa nos relatórios é um fator potenciador de qualidade. A gestão, ciente dos desafios estratégicos que as questões relacionadas com a SST colocam às organizações, poderá encontrar nestes resultados, alguns dos fatores a focar que permitirão fornecer sinais claros do seu compromisso e empenho em matéria de SST. Em particular, estes resultados poderão ser relevantes para a tomada de decisão estratégica da gestão, tanto, na decisão de implementar um sistema de gestão de SST, como, na decisão de investir na garantia externa dos relatórios. Em geral, estes resultados ao identificarem os determinantes da qualidade de SST são cruciais uma vez que divulgar com qualidade fornece conhecimento às partes interessadas e estas tendem a pressionar social e regulamentarmente as empresas, criando um ciclo promotor de boas práticas com impacto direto na melhor performance da SST.

Como em todos os estudos é importante reconhecer que a interpretação dos resultados está sujeita a algumas limitações. Deve ser considerado o facto de apenas terem sido selecionados os relatórios registados na base de dados da GRI, bem como o facto de não estar a ser analisada a totalidade da informação divulgada pelas empresas, como, por exemplo, as comunicações realizadas nos seus *sites* oficiais. Outra limitação a ter em atenção consiste no facto da análise incidir sobre a mais recente atualização da diretriz de SST da GRI, o que limita a amostra apenas às empresas que a aplicam antecipadamente.

O limitado número de estudos com foco na SST dificulta o alcance da sensibilização geral quanto aos benefícios, importância e reconhecimento das suas implicações sendo que tem sido crescente o apelo para uma maior investigação nesta matéria. Assim, pelo nosso conhecimento, este estudo terá um certo carácter pioneiro ao analisar o nível de qualidade

das divulgações de SST e os fatores que a influenciam, num contexto europeu, e também inovador, em português, com uma revisão de literatura extensiva em SST na vertente económica e de RSE.

Dada a escassez dos estudos em matéria de SST, nomeadamente em Portugal, são ainda muitas as questões por responder e que poderão complementar a presente contribuição, tanto na vertente da RSE como noutras. Pesquisas futuras poderão utilizar a mesma metodologia para o ano anterior e para o período procedente à migração para a aplicação efetiva da diretriz GRI 403: SST 2018, de forma a evidenciar a tendência de evolução dos resultados. Dada a evidência de diferenças relevantes entre as regiões da Europa, um contributo importante será, não só alargar a amostra, como também realizar análises entre países e entre continentes. A presente análise quantitativa poderá, ainda, ser complementada com uma qualitativa que, entre outros, investigue melhor os possíveis fatores que estão a causar as diferenças entre as regiões ou, ser aprofundada por setor, podendo assim contribuir para a atuação adaptada às particularidades de cada setor. No mesmo sentido, a pesquisa relativamente ao grau de conhecimento efetivo e sensibilização dos gestores e trabalhadores sobre a relevância desta temática, seria uma contribuição complementar aos resultados apresentados de forma a mapear as principais dificuldades das empresas na implementação e divulgação da SST.

Seria relevante dar continuidade a este estudo tendo em conta outros fatores, como de *corporate governance* de forma a quantificar o impacto da gestão nas boas ou menos boas práticas de SST. No tema das matrizes de materialidade, construídas por algumas empresas, poderá ser relevante estudar a posição da SST nessas matrizes, ou seja, a posição em função da sua maior ou menor importância percebida pela empresa e pelas partes interessadas, com o intuito de analisar de que forma estas perceções afetam a qualidade das divulgações de SST. Dada a escassez em muitos países, seria também pertinente desenvolver os estudos sobre a vertente económica, demonstrada no capítulo 2, valorizando a obtenção de informação atual sobre a repercussão dos impactos dos acidentes e doenças ocupacionais no PIB dos países.

7. Referências bibliográficas

- Aerts, W., Cormier, D., & Magnan, M. (2006). Intra-industry imitation in corporate environmental reporting: An international perspective. *Journal of Accounting and Public Policy*, 25(3), 299-331. doi:10.1016/j.jaccpubpol.2006.03.004
- Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho. (2014). *Argumentos económicos para a segurança e saúde no trabalho: Análise custo/benefício de intervenções em pequenas e médias empresas*. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia
- Araújo, A. O., & Ramos, M. C. P. (2015). Limitações dos relatórios de sustentabilidade para análises custo-benefício de ações sociais e ambientais. *Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 13, 132-155. doi:10.19094/contextus.v13i1.585
- Boot, A. W. A., Milbourn, T. T., & Schmeits, A. (2005). Credit ratings as coordination mechanisms. *The Review of Financial Studies*, 19(1), 81-118. doi:10.1093/rfs/hhj009
- Brammer, S., & Pavelin, S. (2004). Voluntary social disclosures by large UK companies. *Business Ethics: A European Review*, 13(3), 86-99. doi:10.1111/j.1467-8608.2004.00356.x
- Brammer, S., & Pavelin, S. (2008). Factors influencing the quality of corporate environmental disclosure. *Business Strategy and the Environment*, 17(2), 120-136. doi:10.1002/bse.506
- Branco, M. C., & Rodrigues, L. L. (2008). Factors influencing social responsibility disclosure by portuguese companies. *Journal of Business Ethics*, 83(4), 685-701. doi:10.1007/s10551-007-9658-z
- Brown, H. S., de Jong, M., & Levy, D. L. (2009). Building institutions based on information disclosure: Lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17(6), 571-580. doi:10.1016/j.jclepro.2008.12.009
- Cabral, F. (2011). *Segurança e Saúde do Trabalho. Manual de prevenção de riscos profissionais*. Lisboa, Verlag Dashöfer.
- Cahaya, F. R., Porter, S., Tower, G., & Brown, A. (2017). Coercive pressures on occupational health and safety disclosures. *Journal of Accounting in Emerging Economies*, 7(3), 318-336. doi:10.1108/JAEE-04-2015-0032
- Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *The Academy of Management Review*, 4(4), 497-505. doi:10.2307/257850

- Celis, I. L.-R., Bobadilla-Güémez, S. F. d., Alonso-Almeida, M. d. M., & Velasco-Balmaseda, E. (2017). Women's occupational health and safety management: An issue for corporate social responsibility. *Safety Science*, 91, 61-70. doi:10.1016/j.ssci.2016.07.019
- Cho, C. H., & Patten, D. M. (2007). The role of environmental disclosures as tools of legitimacy: A research note. *Accounting, Organizations and Society*, 32(7-8), 639-647. doi:10.1016/j.aos.2006.09.009
- Clarkson, P. M., Li, Y., Richardson, G. D., & Vasvari, F. P. (2008). Revisiting the relation between environmental performance and environmental disclosure: An empirical analysis. *Accounting, Organizations and Society*, 33(4), 303-327. doi:10.1016/j.aos.2007.05.003
- Comissão Europeia. (2001). *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. Livro Verde*. Bruxelas (COM-2001-366).
- Comissão Europeia. (2011). *Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*. Bruxelas, 25.10.2011 COM(2011) 681 final.
- Comissão Europeia. (2017). *Condições de trabalho mais seguras e mais saudáveis para todos - Modernização da política e da legislação da UE em matéria de saúde e segurança no trabalho*. Bruxelas. 10.1.2017 COM(2017) 12 final.
- Conradie, C. S., Smit, E. V., & Malan, D. P. (2016). Corporate Health and Wellness and the Financial Bottom Line Evidence From South Africa. *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 58(2), E45-E53. doi:10.1097/jom.0000000000000653
- Cooke, T. E., & Wallace, R. S. O. (1989). Global surveys of corporate disclosure practices and audit firms: A review essay. *Accounting and business research*, 20(77), 47-57. doi:10.1080/00014788.1989.9729394
- Cormier, D., & Magnan, M. (1999). Corporate environmental disclosure strategies: Determinants, costs and benefits. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 14(4), 429-451. doi:10.1177/0148558X9901400403
- Cormier, D., Magnan, M., & Van Velthoven, B. (2005). Environmental disclosure quality in large German companies: Economic incentives, public pressures or institutional conditions? *European Accounting Review*, 14(1), 3-39. doi:10.1080/0963818042000339617

- Dahlsrud, A. (2008). How corporate social responsibility is defined: An analysis of 37 definitions. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 15(1), 1-13. doi:10.1002/csr.132
- Dongen, J. M., Tompa, E., Clune, L., Sarnocinska-Hart, A., Bongers, P. M., Tulder, M. W., . . . Wier, M. F. (2013). Bridging the gap between the economic evaluation literature and daily practice in occupational health: A qualitative study among decision-makers in the healthcare sector. *Implementation Science*, 8, 12. doi:10.1186/1748-5908-8-57
- Earle, H. A. (2003). Building a workplace of choice: Using the work environment to attract and retain top talent. *Journal of facilities management*, 2(3), 244-257. doi:10.1108/14725960410808230
- Ehnert, I., Parsa, S., Roper, I., Wagner, M., & Muller-Camen, M. (2016). Reporting on sustainability and HRM: A comparative study of sustainability reporting practices by the world's largest companies. *The International Journal of Human Resource Management*, 27(1), 88-108. doi:10.1080/09585192.2015.1024157
- Eng, L. L., & Mak, Y. T. (2003). Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, 22(4), 325-345. doi:10.1016/s0278-4254(03)00037-1
- EU-OSHA. (2019a). *European survey of enterprises on new and emerging risks: How European workplaces manage safety and health*. European Risk Observatory Report, European Agency for Safety and Health at Work, Bilbao. Disponível em https://visualisation.osha.europa.eu/esener#!/en/survey/detailpage-european-bar-chart/2019/drivers-and-barriers/en_1/E3Q263_7/activity-sector/14/11
- EU-OSHA. (2019b). *Third European survey of enterprises on new and emerging risks: First findings*. Prevention and Research Unit, European Agency for Safety and Health at Work, Bilbao. Disponível em <https://osha.europa.eu/en/publications/third-european-survey-enterprises-new-and-emerging-risks-esener-3/view>
- European Commission. (2017). *Ex-post evaluation of the European Union occupational safety and health Directives*. Bruxelas, 10.1.2017 SWD(2017) 10 final.
- Evangelinos, K., Fotiadis, S., Skouloudis, A., Khan, N., Konstandakopoulou, F., Nikolaou, I., & Lundy, S. (2018). Occupational health and safety disclosures in sustainability reports:

- An overview of trends among corporate leaders. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 25(5), 961-970. doi:10.1002/csr.1512
- Fabius, R., Thayer, R. D., Konicki, D. L., Yarborough, C. M., Peterson, K. W., Isaac, F., . . . Dreger, M. (2013). The Link Between Workforce Health and Safety and the Health of the Bottom Line Tracking Market Performance of Companies That Nurture a "Culture of Health". *Journal of Occupational and Environmental Medicine*, 55(9), 993-1000. doi:10.1097/JOM.0b013e3182a6bb75
- Fama, E. F., & Jensen, M. C. (1983). Separation of ownership and control. *Journal of Law & Economics*, 26(2), 301-325. doi:10.1086/467037
- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). *Manual de análise de dados: Estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®*. Brasil: Elsevier
- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. d., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: Modelagem multivariada para tomada de decisões*. Brasil: Elsevier.
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2012). Does board gender composition affect corporate social responsibility reporting. *International Journal of Business and Social Science*, 3(1), 31-38. Disponível em <http://www.ijbssnet.com/>
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2014a). Commitment to corporate social responsibility measured through global reporting initiative reporting: Factors affecting the behavior of companies. *Journal of Cleaner Production*, 81, 244-254. doi:10.1016/j.jclepro.2014.06.034
- Fernandez-Feijoo, B., Romero, S., & Ruiz, S. (2014b). Effect of stakeholders' pressure on transparency of sustainability reports within the GRI framework. *Journal of Business Ethics*, 122(1), 53-63. doi:10.1007/s10551-013-1748-5
- Fernandez-Muniz, B., Montes-Peon, J. M., & Vazquez-Ordas, C. J. (2018). Occupational accidents and the economic cycle in Spain 1994-2014. *Safety Science*, 106, 273-284. doi:10.1016/j.ssci.2016.02.029
- Fifka, M. S. (2013). Corporate responsibility reporting and its determinants in comparative perspective: A review of the empirical literature and a meta-analysis. *Business Strategy and the Environment*, 22(1), 1-35. doi:10.1002/bse.729

- Fonseca, A. (2010). How credible are mining corporations' sustainability reports? a critical analysis of external assurance under the requirements of the international council on mining and metals. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(6), 355-370. doi:10.1002/csr.230
- Forteza, F. J., Carretero-Gomez, J. M., & Sese, A. (2017). Occupational risks, accidents on sites and economic performance of construction firms. *Safety Science*, 94, 61-76. doi:10.1016/j.ssci.2017.01.003
- Freitas, L. C. (2016). *Manual de segurança e saúde no trabalho* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Friedman, M. (1970). The social responsibility of the corporation is to increase its profits. *New York Times Magazine*, 13, 32-33.
- Granerud, L. (2011). Social responsibility as an intermediary for health and safety in small firms. *International Journal of Workplace Health Management*, 4(2), 109-122. doi:10.1108/17538351111143295
- Granerud, L., & Rocha, R. S. (2011). Organisational learning and continuous improvement of health and safety in certified manufacturers. *Safety Science*, 49(7), 1030-1039. doi:10.1016/j.ssci.2011.01.009
- GRI. (2016a). GRI 101: Foundation. *Global Sustainability Standards Board*.
- GRI. (2016b). GRI 403: Occupational health and safety. *Global Sustainability Standards Board*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/standards/media/1018/gri-403-occupational-health-and-safety-2016.pdf>
- GRI. (2018). GRI 403: Occupational health and safety. *Global Sustainability Standards Board*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/standards/media/1910/gri-403-occupational-health-and-safety-2018.pdf>
- Habek, P., & Wolniak, R. (2016). Assessing the quality of corporate social responsibility reports: The case of reporting practices in selected European Union member states. *Quality & Quantity*, 50(1), 399-420. doi:10.1007/s11135-014-0155-z
- Hart, S. M. (2010). Self-regulation, corporate social responsibility, and the business case: Do they work in achieving workplace equality and safety? *Journal of Business Ethics*, 92(4), 585-600. doi:10.1007/s10551-009-0174-1

- Hasseldine, J., Salama, A. I., & Toms, J. S. (2005). Quantity versus quality: The impact of environmental disclosures on the reputations of UK Plcs. *The British Accounting Review*, 37(2), 231-248. doi:10.1016/j.bar.2004.10.003
- Hutton, A. P., Miller, G. S., & Skinner, D. J. (2003). The role of supplementary statements with management earnings forecasts. *Journal of Accounting Research*, 41(5), 867-890. doi:10.1046/j.1475-679x.2003.00126.x
- International Labour Organization. (2013). *Safety and health at work: Hopes and challenges in development cooperation*. Geneva: ILO
- Jarque, C. M., & Bera, A. K. (1987). A test for normality of observations and regression residuals. *International Statistical Review*, 55(2), 163-172. doi:10.2307/1403192
- Johnstone, R., & Carson, W. G. (2001). Occupational Health and Safety, Regulation of. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences* (pp. 10835-10839). Oxford: Pergamon.
- Kawashita, F., Taniyama, Y., Hwi, S. Y., Fujisaki, T., Kameda, T., & Mori, K. (2005). Occupational safety and health aspects of corporate social responsibility (CSR) in Japanese companies listed on the Tokyo Stock Exchange (TSE) first section. *Journal of Occupational Health*, 47(6), 533-539. doi:10.1539/joh.47.533
- Koskela, M. (2014). Occupational health and safety in corporate social responsibility reports. *Safety Science*, 68, 294-308. doi:10.1016/j.ssci.2014.04.011
- Larsson, T. J., & Betts, N. J. (1996). The variation of occupational injury cost in Australia; estimates based on a small empirical study. *Safety Science*, 24(2), 143-155. doi:10.1016/S0925-7535(96)00073-2
- Lopes, P. T., & Rodrigues, L. L. (2007). Accounting for financial instruments: An analysis of the determinants of disclosure in the Portuguese stock exchange. *The International Journal of Accounting*, 42(1), 25-56. doi:10.1016/j.intacc.2006.12.002
- Lucchini, R., & London, L. (2014). Global occupational health: Current challenges and the need for urgent action. *Annals of Global Health*, 80(4), 251-256. doi:10.1016/j.aogh.2014.09.006
- Malan, D. (2017). Health metrics for corporate reporting. *The Journal of Corporate Citizenship*(68), 118-134. doi:10.9774/T&F.4700.2017.de.00011

- Malan, D., Radjy, S., Pronk, N., & Yach, D. (2016). Reporting on health: A roadmap for investors, companies, and reporting platforms. . *The Vitality Institute*, 1-52. Disponível em <https://www.vitalitygroup.com/wp-content/uploads/2016/12/Vitality-HealthMetricsReportingRoadmap22Jan2016-1.pdf>
- Mansdorf, Z. (1999). Organizational culture and safety performance. *Occupational Hazards*, 61(5), 109-112. Disponível em <https://www.ehstoday.com/archive/article/21911397/organizational-culture-and-safety-performance>
- McCulloch, J., & Rosental, P.-A. (2017). Johannesburg and Beyond. *Silicosis: A World History*, 64.
- Meek, G. K., Roberts, C. B., & Gray, S. J. (1995). Factors influencing voluntary annual report disclosures by U.S., U.K. and continental european multinational corporations. *Journal of International Business Studies*, 26(3), 555-572. doi:10.1057/palgrave.jibs.8490186
- Mohammadfam, I., Kamalinia, M., Momeni, M., Golmohammadi, R., Hamidi, Y., & Soltanian, A. (2017). Evaluation of the quality of occupational health and safety management systems based on key performance indicators in certified organizations. *Safety and health at work*, 8(2), 156-161. doi:10.1016/j.shaw.2016.09.001
- Monteiro, S. M., & Guzmán, B. (2010). Determinants of environmental disclosure in the annual reports of large companies operating in Portugal. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 17(4), 185-204. doi:10.1002/csr.197
- Montero, M. J., Araque, R. A., & Rey, J. M. (2009). Occupational health and safety in the framework of corporate social responsibility. *Safety Science*, 47(10), 1440-1445. doi:10.1016/j.ssci.2009.03.002
- Moura, A. M. A., Ribeiro, V. P. L., & Monteiro, S. M. S. (2017). A responsabilidade social no setor público: uma perspectiva teórica sobre a divulgação de informação. VII Conference on Environmental Management and Accounting. The Portuguese CSEAR Conference. *International Business and Economics Review*, 8, 1-41.
- Nagata, T., Mori, K., Aratake, Y., Ide, H., Ishida, H., Nobori, J., . . . Matsuda, S. (2014). Development of cost estimation tools for total occupational safety and health activities and

- occupational health services: Cost estimation from a corporate perspective. *Journal of Occupational Health*, 56(3), 215-224. doi:10.1539/joh.13-0277-FS
- Nagata, T., Nakata, A., Mori, K., Maruyama, T., Kawashita, F., & Nagata, M. (2017). Occupational safety and health aspects of corporate social responsibility reporting in Japan from 2004 to 2012. *BMC public health*, 17(1), 381. doi:10.1186/s12889-017-4356-y
- Newson, M., & Deegan, C. (2002). Global expectations and their association with corporate social disclosure practices in Australia, Singapore, and South Korea. *The International Journal of Accounting*, 37(2), 183-213. doi:10.1016/S0020-7063(02)00151-6
- Nikolaeva, R., & Bicho, M. (2011). The role of institutional and reputational factors in the voluntary adoption of corporate social responsibility reporting standards. *Journal of the Academy of Marketing Science*, 39(1), 136-157. doi:10.1007/s11747-010-0214-5
- Nikolaou, I. E., & Tsalis, T. A. (2013). Development of a sustainable balanced scorecard framework. *Ecological Indicators*, 34, 76-86. doi:10.1016/j.ecolind.2013.04.005
- O'Neill, S., Flanagan, J., & Clarke, K. (2016). Safewash! Risk attenuation and the (Mis) reporting of corporate safety performance to investors. *Safety Science*, 83, 114-130. doi:10.1016/j.ssci.2015.11.007
- Oliveira, C. R., & Pires, C. (2010). *Imigração e sinistralidade laboral*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural
- Oliveira, L., Rodrigues, L., & Craig, R. (2010). Intellectual capital reporting in sustainability reports. *Journal of Intellectual Capital*, 11(4), 575-594. doi:10.1108/14691931011085696
- Organização Internacional do Trabalho. (2010). *Riscos emergentes e novas formas de prevenção*. Genebra: OIT.
- Organização Internacional do Trabalho. (2019). *Segurança e saúde no centro do futuro do trabalho: Tirando partido de 100 anos de experiência*. Genebra: BIT.
- Pacz, O. R., & Genaidy, A. M. (2017). Financial assessment of health and safety programmes in the workplace. *Theoretical Issues in Ergonomics Science*, 18(3), 241-265. doi:10.1080/1463922x.2016.1207210
- Pinto, A. (2017). *Sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho* (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Pinto, A. (2019). *ISO 45001:2018 Gestão da segurança e saúde no trabalho: Guia prático*. Lisboa: Lidel.
- Podgórski, D. (2015). Measuring operational performance of OSH management system—A demonstration of AHP-based selection of leading key performance indicators. *Safety Science*, 73, 146-166. doi:10.1016/j.ssci.2014.11.018
- Porter, M. E., & Kramer, M. R. (2011). The big idea: Creating shared value. How to reinvent capitalism—and unleash a wave of innovation and growth. *Harvard Business Review*, 89(1), 62-77. Disponível em <https://hbr.org/>
- Ramos, M. C., & Patrício, O. (2018). Educação e comunicação na prevenção, segurança e saúde no trabalho. In M. L. S. Rangel & N. Ramos (Eds.), *Comunicação e saúde: Perspetivas contemporâneas*. (pp. 245-264). Salvador: EDUFBA.
- Ramos, M. C. P., & Patrício, O. (2015). Riscos laborais de homens e mulheres migrantes e segurança no trabalho. In I. C. Silva, M. Pignatelli, & S. M. Viegas (Eds.), *Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa* (pp. 2948-2955). Lisboa: AICSHLP.
- Reiman, A., Raisanen, T., Vayrynen, S., & Autio, T. (2019). Strategic accident reduction in an energy company and its resulting financial benefits. *International Journal of Occupational Safety and Ergonomics*, 25(1), 153-160. doi:10.1080/10803548.2018.1462990
- Riffe, D., Lacy, S., Fico, F., & Watson, B. (2014). *Analyzing media messages: Using quantitative content analysis in research* (3ª edição ed.). New York: Routledge.
- Roca, L. C., & Searcy, C. (2012). An analysis of indicators disclosed in corporate sustainability reports. *Journal of Cleaner Production*, 20(1), 103-118. doi:10.1016/j.jclepro.2011.08.002
- Ruiz-Frutos, C., Pinos-Mora, P., Ortega-Moreno, M., & Gómez-Salgado, J. (2019). Do companies that claim to be socially responsible adequately manage occupational safety and health? *Safety Science*, 114, 114-121. doi:10.1016/j.ssci.2019.01.010
- Rushton, L. (2017). The global burden of occupational disease. *Current environmental health reports*, 4(3), 340-348. doi:10.1007/s40572-017-0151-2
- Santos, G., Barros, S., Mendes, F., & Lopes, N. (2013). The main benefits associated with health and safety management systems certification in Portuguese small and medium enterprises post quality management system certification. *Safety Science*, 51(1), 29-36.

- Searcy, C., Dixon, S. M., & Neumann, W. P. (2016). The use of work environment performance indicators in corporate social responsibility reporting. *Journal of Cleaner Production*, 112, 2907-2921. doi:10.1016/j.jclepro.2015.10.081
- Silveira, L. M., & Petrini, M. (2018). Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social corporativa: Uma análise bibliométrica da produção científica internacional. *Gestão & Produção*, v. 25, n. 1, 56-67. doi:10.1590/0104-530X3173-16
- Skouloudis, A., Evangelinos, K., & Kourmousis, F. (2009). Development of an evaluation methodology for triple bottom line reports using international standards on reporting. *Environmental Management*, 44(2), 298-311. doi:10.1007/s00267-009-9305-9
- Skouloudis, A., Jones, N., Malesios, C., & Evangelinos, K. (2014). Trends and determinants of corporate non-financial disclosure in Greece. *Journal of Cleaner Production*, 68, 174-188. doi:10.1016/j.jclepro.2013.12.048
- Stranieri, S., Orsi, L., Banterle, A., & Ricci, E. C. (2019). Sustainable development and supply chain coordination: The impact of corporate social responsibility rules in the European Union food industry. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 26(2), 481-491. doi:10.1002/csr.1698
- Takala, J., Hamalainen, P., Saarela, K. L., Yun, L. Y., Manickam, K., Jin, T. W., . . . Lin, G. S. (2014). Global Estimates of the Burden of Injury and Illness at Work in 2012. *Journal of Occupational and Environmental Hygiene*, 11(5), 326-337. doi:10.1080/15459624.2013.863131
- Takala, J., & Urrutia, M. (2009). Safety and health at work: a European perspective. *Revista Portuguesa de Saúde Pública, Número Especial 25 anos*, 21-30. Disponível em <http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,uid&db=foh&AN=48096548&lang=pt-pt&site=ehost-live&scope=site>
- Tompa, E., Dolinschi, R., & Oliveira, C. (2006). Practice and potential of economic evaluation of workplace-based interventions for occupational health and safety. *Journal of Occupational Rehabilitation*, 16(3), 375-400. doi:10.1007/s10926-006-9035-2
- Tsalis, T. A., Stylianou, M. S., & Nikolaou, I. E. (2018). Evaluating the quality of corporate social responsibility reports: The case of occupational health and safety disclosures. *Safety Science*, 109, 313-323. doi:10.1016/j.ssci.2018.06.015

- Vormedal, I., & Ruud, A. (2009). Sustainability reporting in Norway - An assessment of performance in the context of legal demands and socio-political drivers. *Business Strategy and the Environment*, 18(4), 207-222. doi:10.1002/bse.560
- Vourvachis, P., Woodward, T., Woodward, D. G., & Patten, D. M. (2016). CSR disclosure in response to major airline accidents: A legitimacy-based exploration. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 7(1), 26-43. doi:10.1108/SAMPJ-12-2014-0080
- Walters, D. (2005). The challenge of change for strategies on health and safety at work in the 21st century. *Policy and Practice in Health and Safety*, 3(2), 3-19. doi:10.1080/14774003.2005.11667659
- White, H. (1980). A heteroskedasticity-consistent covariance matrix estimator and a direct test for heteroskedasticity. *Econometrica*, 48(4), 817-838. doi:10.2307/1912934
- Yach, D. (2016). Health as a Cornerstone of Good Business and Sustainable Development. *American Journal of Public Health*, 106(10), 1758-1759. doi:10.2105/ajph.2016.303387

8. Anexos

Anexo A - Especificidades dos indicadores que compõem a lista de verificação

403-1 Sistema de gestão de SST

- a. Declaração sobre se foi implementado um sistema de gestão de SST, incluindo:
 - i. se o sistema foi implementado devido a requisitos legais e, em caso afirmativo, uma lista dos requisitos;
 - ii. se o sistema foi implementado com base em normas/orientações reconhecidas em matéria de gestão de riscos e/ou sistemas de gestão e, em caso afirmativo, uma lista das normas/orientações
- b. Descrição do âmbito dos trabalhadores, atividades e locais de trabalho abrangidos pelo sistema de gestão da SST, e uma explicação sobre se e, em caso afirmativo, por que motivo não estão abrangidos quaisquer trabalhadores, atividades ou locais de trabalho.

403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

- a. Descrição dos processos utilizados para identificar perigos relacionados com o trabalho e avaliar os riscos numa base rotineira e não rotineira, e para aplicar a hierarquia de controlos a fim de eliminar perigos e minimizar riscos, incluindo:
 - i. como a organização assegura a qualidade destes processos, incluindo a competência das pessoas que os executam;
 - ii. como os resultados desses processos são usados para avaliar e melhorar continuamente o sistema de gestão de SST;
- b. Descrição dos processos para os trabalhadores relatarem perigos relacionados ao trabalho e situações perigosas, e uma explicação de como os trabalhadores estão protegidos.
- c. Descrição das políticas e processos para os trabalhadores se afastarem de situações de trabalho que eles acreditam que possam causar ferimentos ou doenças, e uma explicação de como os trabalhadores são protegidos.
- d. Descrição dos processos usados para investigar incidentes relacionados ao trabalho, incluindo os processos para identificar perigos e avaliar riscos relacionados aos incidentes, para determinar ações corretivas usando a hierarquia de controlos e para determinar melhorias necessárias no sistema de gestão de SST.

403-3 Serviços de saúde ocupacional

- a. Descrição das funções dos serviços de saúde ocupacional que contribuem para a identificação e eliminação de perigos e minimização de riscos, e uma explicação de como a organização assegura a qualidade desses serviços e facilita o acesso dos trabalhadores aos mesmos.

403-4 Participação, consulta e comunicação dos trabalhadores sobre saúde e segurança no trabalho

- a. Descrição dos processos de participação e consulta dos trabalhadores no desenvolvimento, implementação e avaliação do sistema de gestão de SST, e de acesso e comunicação de informações relevantes sobre SST aos trabalhadores.
- b. Quando existirem comités formais de gestão conjunta de saúde e segurança dos trabalhadores, uma descrição das suas responsabilidades, frequência das reuniões, autoridade decisória e se e, em caso afirmativo, por que razão os trabalhadores não são representados por esses comités.

403-5 Formação dos trabalhadores em saúde e segurança no trabalho

- a. Descrição de qualquer formação em SST fornecida aos trabalhadores, incluindo formação genérica, bem como formação sobre perigos específicos relacionados com o trabalho, atividades ou situações perigosas.

403-6 Promoção da saúde dos trabalhadores

- a. Explicação de como a organização facilita o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não ocupacionais, e o escopo do acesso fornecido.
- b. Descrição de quaisquer serviços e programas voluntários de promoção da saúde oferecidos aos trabalhadores para abordar os principais riscos de saúde não relacionados ao trabalho, incluindo os riscos de saúde específicos abordados, e como a organização facilita o acesso dos trabalhadores a esses serviços e programas.

403-7: Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança ocupacional diretamente ligados por relações comerciais

a. Descrição da abordagem da organização para prevenir ou mitigar impactos negativos significativos na saúde e segurança ocupacional que estão diretamente ligados às suas operações, produtos ou serviços por suas relações comerciais, e os perigos e riscos relacionados.

403-8: Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho

a. Se a organização tiver implementado um sistema de gestão de SST baseado em requisitos legais e/ou padrões/orientações reconhecidas:

i. o número e % de todos os empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização, que são cobertos por tal sistema;

ii. o número e a % de todos os empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização, que são cobertos por tal sistema auditado internamente;

iii. o número e a % de todos os empregados e trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização, que são cobertos por tal sistema que tenha sido auditado ou certificado por uma parte externa.

b. Se e, em caso afirmativo, porque é que algum trabalhador foi excluído desta divulgação, incluindo os tipos de trabalhadores excluídos.

c. Qualquer informação contextual necessária para entender como os dados foram compilados, tais como quaisquer padrões, metodologias e suposições utilizadas.

403-9 Lesões relacionadas com o trabalho

a. Para todos os empregados:

i. o número e a taxa de acidentes mortais como resultado de lesões relacionadas com o trabalho;

ii. o número e a taxa de acidentes mortais relacionados com o trabalho (excluindo acidentes mortais);

iii. o número e a taxa de lesões relacionadas com o trabalho que podem ser registradas;

iv. os principais tipos de lesões relacionadas com o trabalho;

v. o número de horas trabalhadas.

b. Para todos os trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização (o mesmo que "a" acima).

c. Os perigos relacionados com o trabalho que representam um risco de ferimentos de alta incidência, incluindo:

i. como esses perigos foram determinados;

ii. quais destes perigos causaram ou contribuíram para os ferimentos de alta contingência durante o período do relatório;

iii. as ações tomadas para eliminar estes perigos e minimizar os riscos utilizando a hierarquia de controles.

d. Quaisquer ações tomadas ou em andamento para eliminar outros perigos relacionados ao trabalho e minimizar os riscos usando a hierarquia de controles.

e. Se as taxas foram calculadas com base em 200000 ou 1000000 horas trabalhadas.

f. Se e, em caso afirmativo, por que razão foram excluídos quaisquer trabalhadores desta divulgação, incluindo os tipos de trabalhadores excluídos.

g. Qualquer informação contextual necessária para entender como os dados foram compilados, como quaisquer padrões, metodologias e suposições utilizadas.

403-10 Doenças relacionadas com o trabalho

a. Para todos os empregados:

i. o número de fatalidades resultantes de problemas de saúde relacionados com o trabalho;

ii. o número de casos de doença relacionada com o trabalho que podem ser registrados;

iii. os principais tipos de problemas de saúde relacionados com o trabalho.

b. Para todos os trabalhadores que não são empregados, mas cujo trabalho e/ou local de trabalho é controlado pela organização (o mesmo que "a" acima).

c. Os perigos relacionados com o trabalho que representam um risco de doença (os mesmos requisitos presentes no 403-9 sobre lesões relacionadas com o trabalho).

Fonte: (GRI, 2018).

Anexo B - Lista de empresas pertencentes à amostra

1	Acciona	51	A.TSOKKOS HOTELS PUBLIC LTD
2	Airtex	52	CEZ Group
3	Applus+	53	ACO NORDIC GROUP A/S
4	CAF	54	Flsmidth & Company
5	Cementos Molins	55	Bertelsmann
6	CONGALSA S.L.	56	Fortum
7	Endesa	57	Outotec
8	GD ENERGY SERVICES GROUP	58	Posti
9	Grupo Unión Fenosa Gas	59	Aurubis
10	Hospital de Molina	60	Carl Zeiss AG
11	Recisa	61	Drägerwerk AG & Co. KGaA
12	TUSGSAL	62	Edelmann Group
13	Union de Mútuas	63	KION Group AG
14	BONDALTI	64	Landesbank Baden-Württemberg (LBBW)
15	Hovione	65	Merck
16	Luis Simões	66	NORMA Group
17	CONSTELLUM	67	SAF-HOLLAND Group
18	Ingenico	68	Stadtreinigung Hamburg
19	IPACKCHEM	69	TLG Immobilien
20	Banca Mediolanum S.p.A.	70	Vonovia
21	Banca Monte dei Paschi di Siena	71	Wacker Chemie AG
22	Chiesi Group	72	GEP
23	EI Towers spa	73	Loulis Mills S.A.
24	El.En. S.p.A.	74	Pfizer Hellas
25	Eurosuole	75	Wind Hellas Telecommunication
26	FASTWEB	76	Csaba Metál Zrt.
27	FIAT CHRYSLER AUTOMOBILES (FCA)	77	Magyar Telekom
28	GEDI Spa	78	MOL Group
29	Italmobiliare Investment Holding	79	Latvian Railway
30	Lidl Italia	80	ASR
31	Mediaset Group	81	Damen Shipyards Group
32	Miami Ristoro	82	DSM
33	Piquadro S.p.A.	83	Royal Dutch Shell
34	Saipem	84	Vopak
35	Salini Impregilo	85	AGORA GROUP
36	Samsic Italia	86	Kompania Piwowarska
37	Terminal Contenitori Porto di Genova S.P.A. - SECH	87	CEZ Romania
38	Coca-Cola HBC Austria GmbH	88	Distributie Energie Oltenia SA
39	EVN Group	89	Akademiska Hus
40	Greiner	90	A-Train
41	OMV	91	Helsingborgs Hamn AB
42	Semperit Group	92	Jönköping Energi
43	Vienna Insurance Group	93	Liseberg AB
44	Alsico	94	Lundin Petroleum

45	Bekaert SA	95	Pandox
46	Cofinimmo SA	96	Peab
47	FNG	97	RISE Research Institutes of Sweden
48	Telenet	98	Securitas AB
49	KONCAR	99	Skanska
50	Lidl Hrvatska d.o.o. k.d.	100	SKF Group
		101	Svenska Cellulosa Aktiebolaget - SCA

Fonte: Denominações tal como na base de dados oficiais da GRI⁵¹

⁵¹ <https://database.globalreporting.org/search/>

FACULDADE DE ECONOMIA

